



## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Seguem as Demonstrações Contábeis – Exercício 2016, extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, a partir das movimentações contábeis registradas para o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, acompanhadas das Notas Explicativas dos principais itens das Demonstrações.

### 1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, e é composto por: Quadro Principal – Execução de Créditos do Exercício; Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O TRT da 15ª Região é unidade orçamentária integrante do Orçamento da União, as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo desta forma a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

#### 1.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

O baixo índice de realização das Receitas Correntes (5,33%) em relação ao montante previsto para o exercício de 2016, decorreu do impacto provocado pelo desempenho das Transferências Correntes, 1,73%. Enquanto que as receitas derivadas de Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado e Indenizações/Restituições/Ressarcimentos, superaram as respectivas previsões iniciais em torno de 12% e 179%.

Em relação às Transferências Correntes, acordos previstos para serem celebrados em 2016 com Instituições Financeiras Oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, mediante repasse de recursos, em contrapartida à disponibilização aos Bancos dos depósitos judiciais e Precatórios relativos aos processos trabalhistas sob a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, não tiveram seus efeitos financeiros realizados naquele exercício. O montante de R\$ 607 mil arrecadado derivou de repasse de saldo remanescente, relativo ao Contrato nº 73/2011 celebrado com a Caixa Econômica Federal, cuja vigência encerrou em 2015.

A receita patrimonial de R\$ 671 mil, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O total contabilizado a título Outras Receitas Correntes se refere a Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, R\$ 631 mil, valor originário de acordos com prefeituras, destinado ao reembolso de despesas com locação dos imóveis que abrigam as Varas Trabalhistas nos respectivos Municípios.

O quadro contempla também, como detalhamento dos ajustes na previsão atualizada, a soma de R\$ 12,9 milhões em créditos adicionais abertos com superavit financeiro, amparados pelas receitas provenientes dos acordos com as Instituições Financeiras na fonte específica de recurso: 381 – Recursos de Convênios – Exercícios Anteriores.

#### 1.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

##### 1.2.1 DA DOTAÇÃO AUTORIZADA

As despesas orçamentárias estão demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza



da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A dotação inicial consignada ao TRT da 15ª Região no ano de 2016 foi de R\$ 1.365.905.226,00 que somada aos Créditos Adicionais e Cancelamentos, totalizou em R\$ 1.458.905.208,00 a dotação atualizada para aquele exercício.

No quadro analisado, a dotação atualizada não considera as Provisões e os Destaques recebidos.

Considerados todos os créditos consignados na Lei Orçamentária Anual e Suplementações ao TRT da 15ª Região no ano de 2016, bem como aqueles recebidos mediante Descentralizações Internas e Externas, consideradas, ainda, as deduções pertinentes aos Cancelamentos e créditos, a dotação autorizada líquida para o exercício de 2016 somou R\$1.487.738.619,21.

A tabela a seguir apresenta o orçamento recebido por origem de crédito e grupo de natureza da despesa.

ORIGEM CRÉDITO AUTORIZADO - POR GRUPO NATUREZA DESPESA

Em R\$

	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
<b>Dotação Inicial</b>	<b>1.133.598.109,00</b>	<b>222.917.117,00</b>	<b>3.315.000,00</b>	<b>1.359.830.226,00</b>
Créditos Adicionais	74.704.650,00	45.823.958,00	11.297.480,00	131.826.088,00
Cancelamentos		-32.651.106,00	-100.000,00	-32.751.106,00
<b>Dotação Autorizada Final LOA/2016</b>	<b>1.208.302.759,00</b>	<b>236.089.969,00</b>	<b>14.512.480,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>
Movimentações de Créditos	21.855.456,71	4.407.804,43	2.570.150,07	28.833.411,21
<b>Dotação Autorizada com Descentralizações</b>	<b>1.230.158.215,71</b>	<b>240.497.773,43</b>	<b>17.082.630,07</b>	<b>1.487.738.619,21</b>
Contingenciamento		0,00	0,00	0,00
<b>Total Dotação Autorizada Líquida</b>	<b>1.230.158.215,71</b>	<b>240.497.773,43</b>	<b>17.082.630,07</b>	<b>1.487.738.619,21</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

A Dotação Autorizada Final LOA/2016 em relação à LOA/2015, não considerados os créditos descentralizados, apresenta retração de 16,5% para as despesas de capital e 3,3% para outras despesas correntes.

Vale destacar que é o segundo ano consecutivo de retração para investimentos, reflexo do corte no orçamento do Tribunal sobre o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2016, promovido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e pelo Plenário do Congresso Nacional, impacto minimizado com as descentralizações internas recebidas no ano.

Segue tabela contendo a comparação da Dotação Autorizada Líquida, 2015 e 2016, considerados os créditos descentralizados, por tipo de despesa.



VARIAÇÃO DOTAÇÃO AUTORIZADA FINAL – EXERCÍCIOS 2015 E 2016

Dotações	Em R\$		
	Autorizado 2.015	Autorizado 2.016	Varição
1- Pessoal	1.187.266.726,84	1.230.158.215,71	3,61%
Ativo e Encargos	928.266.354,00	944.682.595,00	1,77%
Inativos / Pensões	236.249.806,00	263.620.164,00	11,59%
Precatórios	22.750.566,84	21.855.456,71	-3,93%
2 – Outras Despesas Correntes	248.563.870,03	240.497.773,43	-3,25%
3 – Despesas de Capital	18.075.205,11	17.082.630,07	-5,49%
<b>TOTAL</b>	<b>1.453.905.801,98</b>	<b>1.487.738.619,21</b>	<b>2,33%</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

A variação de R\$ 121.833.393,21 verificada entre a Dotação Inicial e a Final Autorizada no exercício de 2016 decorreu de:

CRÉDITOS ADICIONAIS

(+)Créditos Suplementares:	R\$ 91.507.969,00
(+)Créditos Extraordinários:	R\$ 40.318.119,00
(-)Cancelamentos oferecidos para remanejamento dotação:	<u>(R\$ 38.826.106,00)</u>
	R\$ 92.999.982,00

MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS

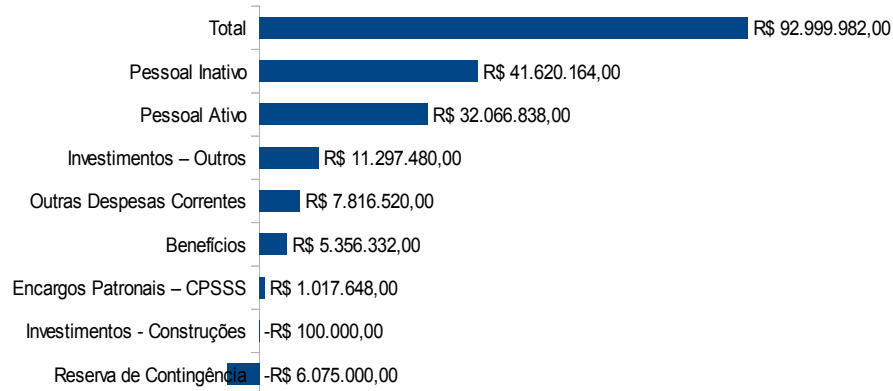
(+)Descentralizações Internas:	R\$ 11.783.248,21
(+)Descentralizações Externas	<u>R\$ 17.050.163,00</u>
	R\$ 28.833.411,21

O gráfico e demonstrativo seguintes apresentam os Créditos Adicionais recebidos por tipo de despesa, total de R\$93,0 milhões, deduzidos os Cancelamentos relativos ao oferecimento de recursos para remanejamento de dotação.



CRÉDITOS ADICIONAIS LÍQUIDOS POR TIPO DE DESPESA

EXERCÍCIO 2016



CRÉDITOS ADICIONAIS LÍQUIDOS POR TIPO DE DESPESA – 2016 (Em R\$)

Despesa	Suplementação	Cancelamento
Pessoal Ativo	32.066.838,00	0,00
Encargos Patronais – CPSSS	1.017.648,00	0,00
Pessoal Inativo	41.620.164,00	0,00
Benefícios	5.456.332,00	-100.000,00
Outras Despesas Correntes	40.367.626,00	-32.551.106,00
Investimentos - Construções		-100.000,00
Investimentos – Outros	11.297.480,00	0,00
Reserva de Contingência		-6.075.000,00
<b>Total</b>	<b>131.826.088,00</b>	<b>-38.826.106,00</b>

FONTE: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

As dotações recebidas de outras Unidades Gestoras, por movimentação de créditos, consideradas as devoluções dos saldos não utilizados, foram assim constituídas:

**DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS**  
R\$ 11.783.248,21 em Provisões Recebidas:

UO	TÍTULO	Ação Orçamentária	Natureza Despesa	Provisão Líquida Recebida	Em R\$
15101	Tribunal Superior do Trabalho	MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	3.748.878,80
			449039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	7.147,62
			<b>Total</b>	<b>3.756.026,42</b>	
<b>Total UO 15101</b>			<b>3.756.026,42</b>		
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO - PJE	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	658.925,63
			449039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	2.563.002,45
			<b>Total</b>	<b>3.221.928,08</b>	
15126	Encargos Financ.da União - Sentenças Judiciais	REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	319000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.805.293,71
<b>Total</b>				<b>4.805.293,71</b>	
<b>Total UO 15126</b>				<b>8.027.221,79</b>	
<b>Total Descentralizações Internas</b>					<b>11.783.248,21</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional



## DESCENTRALIZAÇÕES EXTERNAS R\$ 17.050.163,00 em Destaques Recebidos:

UO	TÍTULO	Ação Orçamentária	Natureza Despesa		Em R\$
					Destaques Líquido Recebido
26280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	PRECATÓRIOS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)	319000	APLICACOES DIRETAS	513,27
			319091	SENTENCAS JUDICIAIS	144.678,73
			<b>Total UO 26280</b>		<b>145.192,00</b>
71103	Encargos Financ.da União - Sentenças Judiciais	PRECATÓRIOS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)	319091	SENTENCAS JUDICIAIS	13.564.000,63
			319000	APLICACOES DIRETAS	201.740,37
			<b>Total UO 71103</b>		<b>13.765.741,00</b>
40201	Instituto Nacional do Seguro Social	PRECATÓRIOS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)	319091	SENTENCAS JUDICIAIS	3.081.234,49
			319000	APLICACOES DIRETAS	57.995,51
			<b>Total UO 33201</b>		<b>3.139.230,00</b>
<b>Total Descentralizações Externas</b>					<b>17.050.163,00</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

### 1.2.2 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os quadros a seguir, demonstrativos do Crédito Autorizado comparativamente à Despesa Executada, apresentam o nível da execução orçamentária por origem de crédito.

#### ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO DA DESPESA (EM R\$)

##### CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2016 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

UO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESA EMPENHADA (b)	% (b) / (a)	DESPESA LIQUIDADADA (d)	% (d) / (a)	DESPESA PAGA
15116	Pessoal e Encargos	1.133.598.109,00	1.208.302.759,00	1.208.302.759,00	100,0%	1.200.919.850,89	99,39%	1.200.919.850,89
15116	Outras Despesas Correntes	222.917.117,00	236.089.969,00	236.022.965,93	100,0%	224.281.019,49	95,00%	224.239.934,91
15116	Investimentos	3.315.000,00	14.512.480,00	14.400.279,35	99,2%	7.997.311,25	55,11%	7.995.362,93
15116	Reserva de Contingência	6.075.000,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>98,24%</b>	<b>1.433.155.148,73</b>

##### PROVISÕES RECEBIDAS

UO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESA EMPENHADA (b)	% (b) / (a)	DESPESA LIQUIDADADA (d)	% (d) / (a)	DESPESA PAGA
15101	outras despesas correntes	0,00	3.748.878,80	3.748.878,80	100,0%	2.046.978,67	54,60%	1.694.609,03
15101	investimentos	0,00	7.147,62	7.147,62	100,0%	6.498,00	90,91%	6.498,00
15126	outras despesas correntes	0,00	658.925,63	658.925,63	100,0%	585.579,82	88,87%	585.579,82
15126	investimentos	0,00	2.563.002,45	2.563.002,45	100,0%	2.563.002,45	100,00%	2.563.002,45
15101	pessoal e encargos sociais	0,00	4.805.293,71	4.805.293,71	100,0%	4.805.293,71	100,00%	4.805.293,71
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>11.783.248,21</b>	<b>11.783.248,21</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.007.352,65</b>	<b>84,9%</b>	<b>9.654.983,01</b>

##### DESTAQUES RECEBIDOS

UO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESA EMPENHADA (b)	% (b) / (a)	DESPESA LIQUIDADADA (d)	% (d) / (a)	DESPESA PAGA
26280	pessoal e encargos sociais	0,00	145.192,00	144.678,73	99,65%	144.678,73	99,65%	144.678,73
40201	pessoal e encargos sociais	0,00	3.139.230,00	3.081.234,49	98,15%	3.081.234,49	98,15%	3.081.234,49
71103	pessoal e encargos sociais	0,00	13.765.741,00	13.564.000,63	98,53%	13.564.000,63	98,53%	13.564.000,63
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>17.050.163,00</b>	<b>16.789.913,85</b>	<b>98,47%</b>	<b>16.789.913,85</b>	<b>98,47%</b>	<b>16.789.913,85</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.487.738.619,21</b>	<b>1.487.299.166,34</b>	<b>99,97%</b>	<b>1.459.995.448,13</b>	<b>98,14%</b>	<b>1.459.600.045,59</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional



### 1.2.2.1 DOS CRÉDITOS EMPENHADOS

Do total de R\$ 1.487.738.619,21 em créditos atualizados foram empenhados R\$ 1.487.299.166,34, quando analisado o grau de gestão orçamentária verifica-se eficiência no planejamento e na execução dos gastos, comprovada pelo índice de 0,9997 apurado na comparação entre a Despesa Empenhada e a Dotação Atualizada, próximo a 1,0.

O quadro a seguir compara os totais executados, valores empenhados, nos exercícios de 2014 a 2016, considerando os valores consignados nas Leis Orçamentárias respectivas, acrescidos das Suplementações e das Descentralizações recebidas, por categoria econômica.

Os Precatórios e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor não foram considerados, com o intuito de se efetuar uma análise da evolução das Despesas Correntes e de Capital, realizadas para a manutenção e investimentos neste Regional.

#### ORÇAMENTOS EXECUTADOS POR CATEGORIA ECONÔMICA

Em R\$ milhões

DOTAÇÕES	Exerc. 2014	Exerc. 2015	Var.	Exerc. 2016	Var.
			2015/2014		2016/2015
Pessoal e Encargos Sociais	1.037,50	1.164,50	12,2%	1.208,30	3,8%
Outras Despesas Correntes	211,60	239,80	13,3%	240,40	0,3%
Investimentos: equipamentos, material permanente e <i>softwares</i>	20,20	10,50	-48,0%	14,25	35,7%
Investimentos: obras e instalações	2,40	4,30	79,2%	2,72	-36,7%
Soma Investimentos	22,60	14,80	-34,5%	16,97	14,7%

FONTE: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional. Considerados os valores inscritos em Restos a Pagar não processados a liquidar e em liquidação.

### 1.2.2.2 DOS CRÉDITOS LIQUIDADOS

É o segundo estágio da despesa pública, fase em que são consideradas as despesas efetivamente realizadas, mediante a entrega do material ou a prestação do serviço, e o reconhecimento da despesa.

O índice de liquidação em relação aos créditos atualizados foi de 98,1%, seguem demonstrados os maiores valores relativos a despesas liquidadas, com créditos do exercício, por categoria econômica, bem como a variação percentual em relação ao exercício anterior.



DESPESAS DE PESSOAL		
Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)	Var % 2016/2015
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	193.563.263,11	-6,34%
VENCIMENTOS E SALARIOS	187.410.809,29	0,29%
SUBSIDIOS	141.550.117,33	-0,56%
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	139.496.829,12	0,63%
13. SALARIO	60.807.418,59	4,29%
PROVENTOS ORIGINARIAS DE GRAT.P/EXERC. CARGO.	52.538.297,86	22,27%
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSONADAS	49.380.478,66	-5,40%
INCORPORACOES	46.799.541,20	-14,73%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	46.387.979,48	4,63%
APOSENT ORIGINARIA DE SUBSIDIOS - PESSOAL CIV	36.742.910,93	1,27%
VANTAGENS INCORPORADAS - PESSOAL CIVIL	30.827.110,49	5,95%
GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO	30.619.644,08	Readequação a partir de 2016, até 2015 estava contabilizada como Grat.Exerc.Cargo Efetivo.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)	Var % 2016/2015
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	42.634.545,52	11,88%
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	35.581.451,22	9,77%
SENTENCA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690),DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.268.764,57	-0,59%
PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	20.215.369,15	110,98%
LOCACAO DE IMOVEIS	16.056.846,55	1,77%
VIGILANCIA OSTENSIVA	12.912.379,47	-4,46%
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	8.398.577,76	-0,91%
LIMPEZA E CONSERVACAO	8.140.704,30	6,78%
DIARIAS NO PAIS	6.466.031,49	-38,83%
AUXILIO-CRECHE CIVIL	6.241.898,37	13,25%
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	5.358.844,47	-15,93%
INDENIZACAO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	5.095.873,72	6,25%
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	4.933.123,83	9,26%
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	4.090.210,63	104,81%
ESTAGIARIOS	3.773.355,46	-10,59%



DESPESAS DE CAPITAL		
Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)	Var % 2016/2015
MELHORIA EQUIPAMENTO PROCESSAMENTO DE DADOS	3.890.464,68	-%
MOBILIARIO EM GERAL	2.532.645,97	89,84%
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.327.861,09	29493,96%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	991.006,39	-15,81%
OBRAS EM ANDAMENTO	380.523,97	6270,73%
AQUISICAO DE SOFTWARE	295.632,68	560,41%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	90.489,00	-79,41%
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	49.260,00	-%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	6.738,92	-94,71%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	1.145,00	-%
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	1.044,00	-66,42%

### 1.2.2.3 DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

A diferença entre o total empenhado e o montante liquidado no exercício de 2016, R\$ 27.303.718,21, foi inscrito em restos a pagar não processados.

ORÇAMENTO 2016 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( Em R\$)

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2016 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	% RNP / Dotação Empenhada
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Pessoal e Encargos	7.382.908,11	0,61%
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Outras Despesas Correntes	11.741.946,44	4,97%
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Investimentos	6.402.968,10	44,46%
<b>TOTAL</b>			<b>25.527.822,65</b>	<b>1,75%</b>

PROVISÕES RECEBIDAS

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	% RNP / Dotação Empenhada
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Outras Despesas Correntes	1.701.900,13	45,40%
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Investimentos	649,62	9,09%
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Outras Despesas Correntes	73.345,81	11,13%
<b>TOTAL</b>			<b>1.775.895,56</b>	<b>25,45%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>27.303.718,21</b>	<b>1,84%</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional





#### 1.2.2.4 DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Do total da despesa liquidada no exercício, R\$ 1.459.995.448,13, foi pago o montante de R\$ 1.459.600.045,59, o saldo de R\$ 395.402,54 restou pendente de pagamento, a ser quitado no exercício seguinte, e se refere predominantemente a depósitos retidos de fornecedores.

### 1.3 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

#### 1.2.1 DOS VALORES INSCRITOS (LOA/2015) E REINSCRITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (LOA/2012, LOA/2013 e LOA/2014)

O quadro a seguir apresenta a execução dos restos a pagar não processados no exercício de 2016, por categoria econômica e natureza de despesa.

Os valores relativos à execução de restos a pagar não processados no exercício de 2016 são: R\$ 44.554.173,98 inscritos e reinscritos no final de 2015, R\$ 30.781.649,23 liquidados, R\$ 8.123.605,69 cancelados e R\$ 5.648.919,06 reinscritos no final de 2016.

Para a análise dos índices de execução foram destacados as porcentagens dos totais liquidados, cancelados e reinscritos em relação ao total da inscrição.

ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM R\$)  
DESPESAS DE PESSOAL

Em R\$

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	%Liquidação/Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	%Cancelamento/Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/12/2016	%Saldo para Reinscrição 2016/Inscrição e Reinscrição
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	12.606,11	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12.606,11	100,00%
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.620.094,42	2.550.228,44	97,33%	477,02	0,02%	69.388,96	2,65%
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	493.253,62	0,00	0,00%	493.253,62	100,00%	0,00	0,00%
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.063,40	19.030,42	79,08%	5.032,98	20,92%	0,00	0,00%
		<b>3.150.017,55</b>	<b>2.569.258,86</b>	<b>81,56%</b>	<b>498.763,62</b>	<b>15,83%</b>	<b>81.995,07</b>	<b>2,60%</b>

O montante liquidado de despesa de pessoal amparou pagamentos de folhas relativas a acertos e pendências concernentes ao exercício de 2015.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis – Exercício 2016

ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM R\$)  
OUTRAS DESPESAS CORRENTES

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	%Liquidação/Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	%Cancelamento/Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/12/2016	%Saldo para Reinscrição 2016/Inscrição e Reinscrição
339008	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	162.574,80	4.143,62	2,55%	143.763,12	88,43%	14.668,06	9,02%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.330.238,97	1.123.099,94	84,43%	201.502,27	15,15%	5.636,76	0,42%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	56.906,27	23.347,48	41,03%	33.558,79	58,97%	0,00	0,00%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	179.707,00	146.107,00	81,30%	33.600,00	18,70%	0,00	0,00%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.420.296,81	1.217.429,50	85,72%	202.676,13	14,27%	191,18	0,01%
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	4.892.734,60	4.672.394,22	95,50%	163.134,75	3,33%	57.205,63	1,17%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	12.358.976,49	8.051.697,10	65,15%	3.022.182,01	24,45%	1.285.097,38	10,40%
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	375.600,06	20.610,42	5,49%	0,00	0,00%	354.989,64	94,51%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	10.590,38	7.055,60	66,62%	3.534,78	33,38%	0,00	0,00%
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	84.577,18	1.607,05	1,90%	67.309,60	79,58%	15.660,53	18,52%
339059	PENSOES ESPECIAIS	768.339,02	226.236,78	29,44%	0,00	0,00%	542.102,24	70,56%
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	191.989,88	0,00	0,00%	191.989,88	100,00%	0,00	0,00%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.925,04	0,00	0,00%	26.925,04	100,00%	0,00	0,00%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.753.659,99	539.771,79	30,78%	464.549,60	26,49%	749.338,60	42,73%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	84.675,72	21.016,04	24,82%	63.659,68	75,18%	0,00	0,00%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	226.174,59	222.007,44	98,16%	4.167,15	1,84%	0,00	0,00%
		<b>23.923.966,80</b>	<b>16.276.523,98</b>	<b>68,03%</b>	<b>4.622.552,80</b>	<b>19,32%</b>	<b>3.024.890,02</b>	<b>12,64%</b>

Os valores mais relevantes liquidados em 2016 relativos a outras despesas correntes, seguem destacados: R\$ 2,7 milhões em manutenção e conservação de bens imóveis; R\$ 2,3 milhões, gastos com comunicação de dados; R\$ 1,8 milhão, apoio administrativo/técnico/operacional; R\$ 1,4 milhão em vigilância ostensiva; R\$ 1,2 milhão em limpeza e conservação; R\$ 1,1 milhão, perícias técnicas vinculadas à justiça gratuita; dentre outros.

ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM R\$)  
DESPESAS DE CAPITAL

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	%Liquidação/Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	%Cancelamento/Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/12/2016	%Saldo para Reinscrição 2016/Inscrição e Reinscrição
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	715.511,11	575.800,00	80,47%	119.311,11	16,67%	20.400,00	2,85%
449051	OBRAS E INSTALACOES	9.464.639,83	4.265.510,01	45,07%	2.807.197,36	29,66%	2.391.932,46	25,27%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.300.038,69	7.094.556,38	97,19%	75.780,80	1,04%	129.701,51	1,78%
		<b>17.480.189,63</b>	<b>11.935.866,39</b>	<b>68,28%</b>	<b>3.002.289,27</b>	<b>17,18%</b>	<b>2.542.033,97</b>	<b>14,54%</b>

As despesas de capital liquidadas em 2016, com créditos de restos a pagar não processados, mais significativas foram: R\$ 3,4 milhões aplicados em equipamentos de processamento de dados; R\$ 2,3 milhões em instalações; R\$ 2,2 milhões na aquisição de mobiliário em geral; R\$ 1,8 milhão investidos em obras em andamento; dentre outros.

Na análise dos empenhos pelos gestores dos contratos de aquisições e prestação de serviços, a manutenção dos saldos se deve pelos seguintes motivos: vigência do prazo de cumprimento da obrigação assumida pelo credor, ou, liquidação da despesa em curso, ou, ainda, pelo interesse da administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor, conforme dispõe o art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Insta esclarecer que, assim como a reinscrição do saldo de restos a pagar não processados, os cancelamentos dos Restos a Pagar foram procedidos com a devida autorização e de acordo com as diretrizes estipuladas pela Administração desta Corte, amparados pelo Decreto do Presidente da República nº 8.795 de 30 de junho de 2016.



#### 1.4 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Do total de R\$ 1.513.995,97 inscrito em restos a pagar processados, restou pendente de pagamento o valor de R\$ 2.331,09, relativo ao Processo P. 0274/2015 - Serviços de ascensoristas (05 postos) no Edifício-Sede e no FT de Campinas, registrado a título de depósitos de fornecedores, e transferido para conta do passivo não circulante 22881.04.06, conforme Inf. 756/2016 - ST - CCT, sendo que o saldo deverá permanecer retido pelo prazo de 02 anos contados da data de rescisão do contrato (04/07/2016).



## 2 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

### DOS INGRESSOS

O saldo do exercício anterior transportado para o ano de 2016 registrado na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento foi de R\$ 94,8 milhões, destinado a suportar o total de restos a pagar inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2015.

As transferências financeiras resultantes da execução orçamentária recebidas no exercício financeiro de 2016 contabilizaram R\$ 1.433,4 milhões, para o atendimento da dotação consignada na Lei Orçamentária Anual, assim constituídas:

- R\$ 1.021,4 milhões mediante sub-repasses;
- R\$ 412,0 milhões sem transferência de recursos, por emissão dos documentos de arrecadação de receitas federais, guia de previdência social e de recolhimento à União, com cota do orçamento do exercício.

Como ingressos independentes de execução orçamentária destaca-se o montante R\$ 3,5 milhões recebidos para amparar pagamentos de restos a pagar no ano de 2016.

Os recebimentos extraorçamentários contabilizam, além da receita líquida arrecadada pelo Regional, os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2016 inscritos em restos a pagar processados e não processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 0,4 milhão e R\$ 27,3 milhões, respectivamente.

A variação negativa verificada entre os saldos 2016/2015 relativos a restos a pagar processados, decorre, sobretudo, do esforço do Órgão no pagamento das despesas com aluguel, competência dezembro 2016, no próprio mês da liquidação.

A receita líquida arrecadada pelo Órgão no exercício financeiro de 2016 somou R\$ 52,9 milhões.

A tabela seguinte apresenta os valores arrecadados, de acordo com o contabilizado, por tipo de recolhimento, nos exercícios 2016 e 2015:

#### ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA

(Em R\$)

Tipo de Receita	Exercício 2016	Exercício 2015	Var% 2016/2015
CUSTAS E EMOLUMENTOS	49.672.717,78	44.861.698,08	10,72%
MULTAS CONTRATUAIS E OUTRAS	726.517,94	379.689,75	91,35%
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS - FT 50	670.729,66	712.683,85	-5,89%
OUTROS RESSARCIMENTOS - FT 50	631.428,98	125.865,22	401,67%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - FT 81	607.236,52	35.737.715,00	-98,30%
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES e DEMAIS RECEITAS	381.793,22	754.451,06	-49,39%
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	138.344,59	131.434,00	5,26%
CONTRIBUIÇÃO MONTEPIO CIVIL	50.694,45	60.338,28	-15,98%
INSCRIÇÃO EM CONCURSO MAGISTRATURA - FT 50	0,00	1.346.318,23	-100,00%
	<b>52.879.463,14</b>	<b>84.110.193,47</b>	

A arrecadação derivada dos recolhimentos ao erário, decorrentes de Custas e Emolumentos Judiciais pelo TRT da 15ª Região, contabilizou o total de R\$ 49,7 milhões, um aumento de 10,7% em relação ao exercício financeiro de 2015.



Quanto à variação negativa relativa à arrecadação oriunda de convênios, esta decorreu do impacto provocado pela receita contabilizada em 2015, no montante de R\$ 35,7 milhões arrecadados, a título de “Transferências de Convênios”, os quais derivaram dos acordos celebrados entre este Regional e as Instituições Financeiras, com vigência encerrada em 2015, sendo que o novo acordo não promoveu efeitos financeiros em 2016. Tais recursos são classificados em fonte específica: 81 – Recursos de Convênios, destinados à consecução de projetos e atividades que traduzam o interesse público primário do Órgão.

Verifica-se, também, a variação negativa na arrecadação decorrente de taxas de inscrição, tendo em vista que não houve concurso no ano de 2016, realizado pelo TRT da 15ª Região.

A receita de R\$ 670,7 mil concernentes à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como a receita de R\$ 631,4 mil, oriunda de reembolso de gastos com locação pelas prefeituras. Trata-se de valores diretamente arrecadados, receita própria do Órgão, classificados na Fonte – 50.

A receita total arrecadada por este Regional derivou, também, do recolhimento ao Tesouro Nacional de: taxa sobre consignação em folha de pagamento; multas previstas em contratos/outras; indenizações e restituições aos cofres públicos.

Vale destacar que, não houve no exercício de 2016 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais receitas para financiar Despesas Correntes.

## DOS DISPÊNDIOS

Os dispêndios relativos às despesas orçamentárias, valores empenhados no exercício, somaram R\$ 1.487,3 milhões, assim aplicados: R\$ 21,6 milhões em sentenças judiciais; R\$ 1.208,3 milhões em despesas de Pessoal e Encargos Sociais; e R\$ 257,4 milhões em Outras Despesas Correntes e de Capital.

Nas transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária foram contabilizados: R\$ 52,1 milhões provenientes, sobretudo, das receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional; e R\$ 5,9 milhões relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamento de restos a pagar.

Os dispêndios originários de despesas extraorçamentárias contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2016, total de R\$ 32,2 milhões, a título de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício anterior.



### 3 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da Órgão por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

#### 3.1 ATIVO

##### 3.1.1 ATIVO CIRCULANTE

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

O somatório de R\$ 41,9 milhões dos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade estão assim constituídos:

- Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento – R\$ 35.715.193,70. Do saldo contabilizado na conta Limite de Saque, o montante de R\$ 4.170.750,65 se apresenta como disponível no exercício, ou seja, não comprometido com restos a pagar ou outras outras obrigações, passíveis de oferecimento para a solicitação créditos no exercício seguinte, assim constituído: Fonte 50 - Recursos Próprios - R\$ 2.704.387,01, e Fonte 81 – Recursos de Convênios – R\$ 1.466.363,64.
- Depósitos e Cauções Recebidos para garantia de contratos firmados com fornecedores, R\$ 128.644,19. Os depósitos foram atualizados em conformidade com a norma de encerramento do exercício e mediante comprovante disponibilizado pela Instituição Financeira.
- O valor de R\$ 1,4 milhão especificado como Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreende a contabilização de créditos a receber de responsáveis dano/perda decorrente de Tomada de Contas Especial, atualizado a partir do Sistema de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União, posição dezembro/2016, conforme quadro a seguir.



**Posição: Dezembro/2016**

Processo Administrativo 0000215-19.2010.5.15.0895 PA  
Acórdão nº 10634/2015 – TCU – 2ª Câmara  
Data da Sessão: 17/11/2015 – Ordinária

Item 9.2 – Importâncias especificadas, **atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora**, calculados a partir da data original do débito até a sua efetiva quitação.

Ano Referência	Registro Inicial (R\$)	Período / Data de Referência	Atualização Monetária (R\$)	Juros (R\$)	Valor Corrigido (R\$)	Documento Contabilização	Data Registro
2010	<b>732.926,59</b>	-	-	-	<b>732.926,59</b>	2010NL400657	21/09/10
2015		Setembro/2010 a 22/Dezembro/2015	22.982,63	437.703,48	<b>1.193.612,70</b>	2015NS011727	22/12/15
2016		Janeiro a Abril/2016	23.082,48	15.759,55	<b>1.232.454,73</b>	2016NS002817	25/04/16
2016		Maio/2016	5.560,83	2.877,26	<b>1.240.892,82</b>	2016NS004096	31/05/16
2016		(*Junho/2016	,00	-2.877,26	<b>1.238.015,56</b>	2016NS004924	30/06/16
2016		(*Junho/2016	,00	2.779,17	<b>1.240.794,73</b>	2016NS004925	30/06/16
2016		Junho/2016	5.840,40	3.563,88	<b>1.250.199,01</b>	2016NS004935	30/06/16
2016		Julho/2016	6.120,12	1.602,12	<b>1.257.921,25</b>	2016NS005771	29/07/16
2016		Agosto/2016	5.840,41	2.419,51	<b>1.266.181,17</b>	2016NS006470	31/08/16
2016		Setembro/2016	6.400,00	2.027,16	<b>1.274.608,33</b>	2016NS007127	27/09/16
2016		Outubro/2016	5.840,40	359,66	<b>1.280.808,39</b>	2016NS008081	28/10/16
2016		Novembro/2016	5.523,76	1.209,76	<b>1.287.541,91</b>	2016NS008842	29/11/16
2016		Dezembro/2016	5.408,17	850,10	<b>1.293.800,18</b>	2016NS009844	26/12/16

Item 9.3 – Aplicação de multa no valor de R\$ 130.000,00, **atualizada monetariamente**, a contar da data do Acórdão até a data do efetivo recolhimento.

Ano Referência	Registro Inicial (R\$)	Período / Data de Referência	Atualização Monetária (R\$)	Juros (R\$)	Valor Corrigido (R\$)	Documento Contabilização	Data Registro
2015	<b>130.000,00</b>	17/Novembro/2015	-	-	<b>130.000,00</b>	2010NS011743	22/12/15
2015		22/Dezembro/2015	1.313,00	-	<b>131.313,00</b>	2010NS011743	22/12/15
2016		Janeiro a Abril/2016	4.732,00	-	<b>136.045,00</b>	2016NS002818	25/04/16
2016		Maio/2016	858,00	-	<b>136.903,00</b>	2016NS004094	31/05/16
2016		(*Junho/2016	-858,00	-	<b>136.045,00</b>	2016NS004921	30/06/16
2016		(*Junho/2016	832,00	-	<b>136.877,00</b>	2016NS004928	30/06/16
2016		Junho/2016	1.066,00	-	<b>137.943,00</b>	2016NS004934	30/06/16
2016		Julho/2016	481,00	-	<b>138.424,00</b>	2016NS005767	29/07/16
2016		Agosto/2016	728,00	-	<b>139.152,00</b>	2016NS006469	31/08/16
2016		Setembro/2016	611,00	-	<b>139.763,00</b>	2016NS007126	27/09/16
2016		Outubro/2016	104,00	-	<b>139.867,00</b>	2016NS008078	28/10/16
2016		Novembro/2016	364,00	-	<b>140.231,00</b>	2016NS008841	29/11/16
2016		Dezembro/2016	260,00	-	<b>140.491,00</b>	2016NS009843	26/12/16
<b>Total :</b>	<b>862.926,59</b>		<b>103.090,20</b>	<b>468.274,39</b>	<b>1.434.291,18</b>		

Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal. Manual Siafi 021138 – Diversos Responsáveis. Sistema de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>.

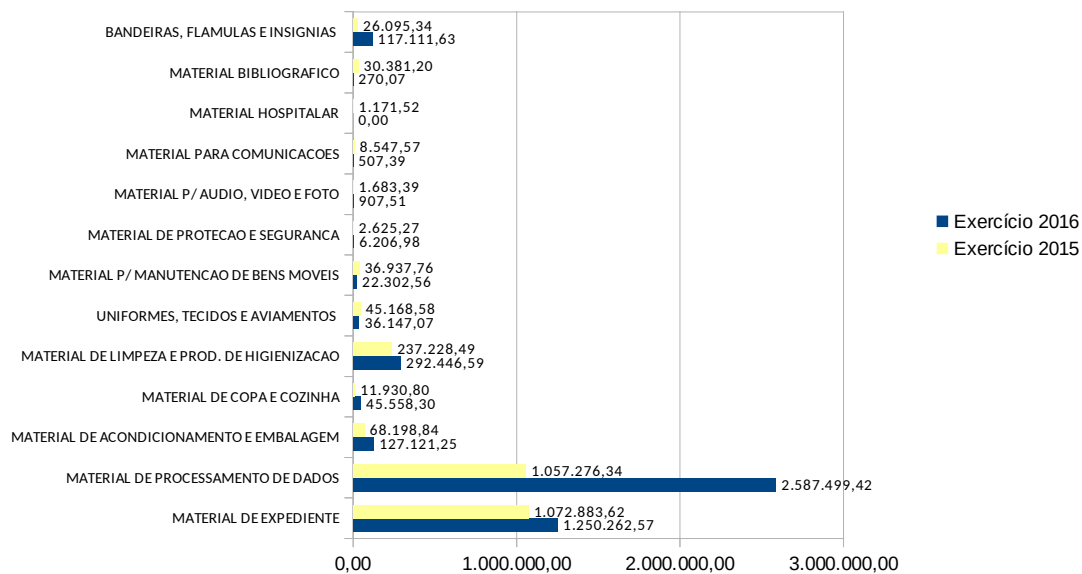
Notas: Débitos considerados até 31/12/2016 e atualização realizada 26/12/2016. (\*) Houve acerto de Maio em Junho referente atualização monetária.

- A conta Estoques totaliza R\$ 4,5 milhões em itens de material de consumo no almoxarifado, e, conforme gráfico a seguir, apresentou variação positiva relevante em comparação com o saldo de 2015 (72,5%), segue gráfico e tabela com a composição do almoxarifado:



Conta: ESTOQUES

Almoarifado (R\$)



CONTA: ESTOQUES – ALMOXARIFADO

Em R\$

cod	MATERIAL DE CONSUMO	Exercício 2016	Exercício 2015	Var% 2016/2015
16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.250.262,57	1.072.883,62	16,53%
17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.587.499,42	1.057.276,34	144,73%
19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	127.121,25	68.198,84	86,40%
21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	45.558,30	11.930,80	281,85%
22	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	292.446,59	237.228,49	23,28%
23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	36.147,07	45.168,58	-19,97%
25	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	22.302,56	36.937,76	-39,62%
28	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	6.206,98	2.625,27	136,43%
29	MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	907,51	1.683,39	-46,09%
30	MATERIAL PARA COMUNICACOES	507,39	8.547,57	-94,06%
36	MATERIAL HOSPITALAR	0,00	1.171,52	-100,00%
46	MATERIAL BIBLIOGRAFICO	270,07	30.381,20	-99,11%
50	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	117.111,63	26.095,34	348,78%
		<b>4.486.341,34</b>	<b>2.600.128,72</b>	<b>72,54%</b>

Fonte Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

### 3.1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis, e soma R\$ 511,9 milhões em ativos contabilizados para o Órgão.

O montante de R\$ 1,3 milhão contabilizado como ativo realizável a longo prazo se refere à parcela que cabe a este Regional do aporte, atualizado monetariamente, concedido pelo Tribunal Superior do Trabalho à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPESP-JUD a título de adiantamento de contribuições futuras, conforme quadro que segue.





**Conta Contábil: 12.121.98.26 - ADIANTAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FUTURAS**  
**CNPJ: 18.465.825.0001-47 – Fundação de Previdência do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP – JUD**  
**APORTE INICIAL E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

-Aporte concedido pelo TST ao FUNPRESP-JUD a título de adiantamento de contribuições futuras-  
(Lei nº 12.618/2012, art. 25)

Ano Referência	Aporte Inicial (R\$)	Período / Mês de Referência	Índice IPCA	Valor Correção (R\$)	Valor Corrigido (R\$)	Documento Contabilização	Data Registro
2013	<b>1.065.288,13</b>	-	-	-	<b>1.065.288,13</b>	2015NL000113	11/09/15
2014		Nov/2013 a Dez/2014	0,0796645	84.865,65	<b>1.150.153,78</b>	2015NL000113	11/09/15
2015		Jan a Abr/2015	0,0456498	52.504,29	<b>1.202.658,07</b>	2015NL000114	11/09/15
2015		Mai/2015	0,7400000	8.899,67	<b>1.211.557,74</b>	2015NL000114	11/09/15
2015		Junho/2015	0,7900000	9.571,30	<b>1.221.129,04</b>	2015NL000114	11/09/15
2015		Julho/2015	0,6200000	7.571,00	<b>1.228.700,04</b>	2015NL000115	11/09/15
2015		Agosto/2015	0,2200000	2.703,14	<b>1.231.403,18</b>	2015NL000116	14/09/15
2015		Setembro/2015	0,5400000	6.649,58	<b>1.238.052,76</b>	2015NL000168	30/09/15
2015		Outubro/2015	0,8200000	10.152,03	<b>1.248.204,79</b>	2015NL000177	30/10/15
2015		Novembro/2015	1,0100000	12.606,87	<b>1.260.811,66</b>	2015NL000268	09/12/15
2015		Dezembro/2015	0,9600000	12.103,79	<b>1.272.915,45</b>	2016NL000001	14/01/16
2016		Janeiro/2016	1,2700000	16.166,03	<b>1.289.081,48</b>	2016NL000026	29/02/16
2016		Fevereiro/2016	0,9000000	11.601,73	<b>1.300.683,21</b>	2016NL000036	29/03/16
2016		Março/2016	0,4300000	5.592,94	<b>1.306.276,15</b>	2016NL000052	25/04/16
2016		Abril/2016	0,6100000	7.968,28	<b>1.314.244,43</b>	2016NL000067	24/05/16
2016		Mai/2016	0,7800000	10.251,11	<b>1.324.495,54</b>	2016NL000071	21/06/16
2016		Junho/2016	0,3500000	4.635,73	<b>1.329.131,27</b>	2016NL000088	25/07/16
2016		Julho/2016	0,5200000	6.911,48	<b>1.336.042,75</b>	2016NL000097	25/08/16
2016		Agosto/2016	0,4400000	5.878,59	<b>1.341.921,34</b>	2016NL000110	21/09/16
2016		Setembro/2016	0,0800000	1.073,54	<b>1.342.994,88</b>	2016NL000123	24/10/16
2016		Outubro/2016	0,2600000	3.491,79	<b>1.346.486,67</b>	2016NL000141	17/11/16
2016		Novembro/2016	0,1800000	2.423,68	<b>1.348.910,35</b>	2016NL000165	19/12/16

Fontes:

Protocolo de Compromisso, de 18 de junho de 2015, que a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) apresenta ao Supremo Tribunal Federal (STF) para formalizar o critério de atualização, o prazo e a natureza da compensação do aporte inicial realizado a título de Contribuições Futuras, nos termos do art. 25 da Lei 12.618, de 30 de abril de 2012.

Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 21/2015, de 31 de agosto de 2015. A Presidência do CSJT comunica o valor, atualizado monetariamente até o mês de abril de 2015, distribuído a esta Corte referente ao aporte inicial efetivado pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2013, a título de adiantamento de contribuições futuras para a FUNPRESP-JUD, bem como, determina que o montante deverá ser registrado e atualizado pela área contábil, conforme orientações técnicas contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015.

Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015, que orienta os Tribunais Regionais do Trabalho quanto a contabilização do adiantamento de contribuições futuras para a FUNPRESP-JUD. Planilha Anexa à Mensagem com os valores corrigidos monetariamente até o mês de Junho/2015.

Valor do IPCA: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc/ipca-inpc\\_201611\\_1.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc/ipca-inpc_201611_1.shtm)

Consulta realizada em 19/12/2016 às 18:12.

1) Valor principal, R\$1.065.288,13: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores (Evento 58.0.070).

2) Valor da correção até 2014, R\$84.865,65: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores (Evento 58.0.070).

3) Valor da correção do exercício corrente: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 44391.01.00 - Outras Variações Monetárias (Evento 54.0.020).

4) O "Valor Correção" relativo a junho/2015 foi arredondado para R\$ 9.571,30 (subtraído 0,01), para que o valor total contabilizado coincida com o valor transferido pelo TST, corrigido até junho/2015, informado na planilha anexa à Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015 do CSJT.

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, e representa 92% do Ativo Total pertencente ao TRT da 15ª Região.

O montante de R\$ 508,2 milhões em Imobilizado do Órgão está assim constituído:

- R\$ 54,3 milhões - Bens Móveis (estocados e distribuídos, deduzidas as depreciações acumuladas).



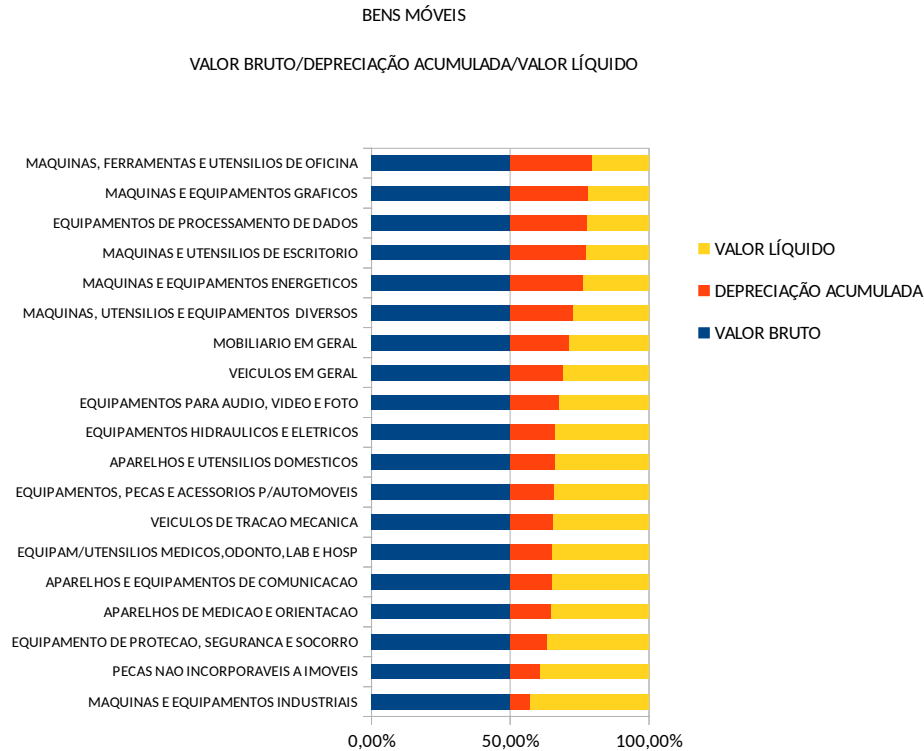
CONTA: BENS MÓVEIS e DEPRECIÇÃO

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	110.580,22	32.765,96	77.814,26
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	968.168,15	292.007,63	676.160,52
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	194.087,99	59.498,44	134.589,55
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	2.350.785,91	640.376,27	1.710.409,64
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	6.996,71	1.022,78	5.973,93
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	691.426,14	365.973,00	325.453,14
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.869,22	1.057,11	812,11
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	5.951,92	3.534,06	2.417,86
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	34.424,26	11.107,74	23.316,52
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	35.902,70	11.794,36	24.108,34
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	208.127,24	95.500,05	112.627,19
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.820.533,36	27.182.231,49	21.638.301,87
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	8.151.546,82	2.677.441,61	5.474.105,21
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	549.127,29	301.973,34	247.153,95
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	20.711.058,48	8.877.818,77	11.833.239,71
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.633.132,21	577.409,31	1.055.722,90
123110406	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	38.396,11		38.396,11
123110501	VEICULOS EM GERAL	107.733,19	41.382,72	66.350,47
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	5.186.243,24	1.617.255,86	3.568.987,38
123110801	ESTOQUE INTERNO	6.912.361,81		6.912.361,81
123119901	BENS MOVEIS A ALIENAR	465,10		465,10
123119907	BENS NÃO LOCALIZADOS	0,00		0,00
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	84.674,38	18.539,42	66.134,96
123119910	MATERIAL DE USO DURADOURO	280.419,42		280.419,42
		<b>97.084.011,87</b>	<b>42.808.689,92</b>	<b>54.275.321,95</b>

Fonte Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

O gráfico a seguir apresenta em ordem decrescente os grupos de bens móveis com maior depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo assim para análise gerencial de futuros investimentos.



- R\$ 454,0 milhões – Bens Imóveis (destinados à utilização deste Regional, incluídos os valores contabilizados das obras em andamento e instalações, deduzida a depreciação acumulada). Segue demonstrado o total bruto contabilizado em 31 de dezembro de 2016, R\$ 454,9 milhões, por conta contábil e localidade.



DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.02 - EDIFÍCIOS

			Em R\$
Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Valor Atual
1	6219.00010.500-3	Bauru (cessão recíproca com município)	298.633,42
2	6249.00016.500-8	Botucatu	1.466.913,32
3	6291.00073.500-0	Campinas (R.Barão de Jaguara,945)	3.527.650,78
4	6291.00284.500-7	Campinas (R.Conceição-Edifício Sede Administrativa)	83.045.765,27
5	6291.00288.500-9	Campinas (R.Barão de Jaguara- Camp Tower-Edifício Sede Judicial)	162.082.380,29
6	6291.01822.500-3	Campinas (FT Campinas)	99.489.612,69
7	6369.00011.500-1	Cruzeiro	2.593.333,20
8	6597.00002.500-0	Jales	777.261,72
9	6607.00002.500-1	Jaú	1.519.179,29
10	6637.00005.500-0	Lençóis Paulista (1ª VT)	2.467.485,39
11	6687.00002.500-0	Matão	848.319,79
12	6715.00013.500-9	Mogi Guaçu	4.293.359,63
13	6717.00002.500-5	Mogi Mirim	1.175.002,74
14	6875.00017.500-0	Piracicaba	4.254.306,40
15	6929.00036.500-7	Presidente Prudente	9.474.161,91
16	6969.00011.500-0	Ribeirão Preto (Rua Vereador Manir Calil)	4.275.196,10
17	6969.00044.500-0	Ribeirão Preto (Sede FT)	11.887.251,69
18	6979.00009.500-6	Rio Claro (Av. Projetada, 289)	5.194.135,54
19	7083.00002.500-4	São João da Boa Vista	1.152.008,11
20	7097.00059.500-5	São José do Rio Preto	10.522.736,65
21	7099.00518.500-7	São José dos Campos (Arquivo-Av.Anchieta)	0,00
22	7099.00520.500-7	São José dos Campos	12.881.592,30
23	7145.00223.500-0	Sorocaba	5.315.524,23
24	7245.00003.500-0	Votuporanga	655.980,18
			<b>429.197.790,64</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis – Exercício 2016

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.03 - TERRENOS / GLEBAS			Em R\$
Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Valor Atual
1	6165.00020.500-5	Araras	453.774,64
2	6209.00029.500-0	Barretos	77.790,89
3	6221.00005.500-8	Bebedouro	117.097,47
4	6229.00006.500-9	Birigui	77.342,34
5	6229.00014.500-2	Birigui	22.387,95
6	6291.02779.500-3	Campinas (Bairro Taquaral)	13.723.160,93
7	6305.00006.500-8	Capão Bonito	48.163,88
8	6323.00047.500-0	Catanduva	91.726,48
9	6411.00005.500-3	Fernandópolis	26.529,03
10	6425.00015.500-8	Franca (Av. Sete de Setembro)	900.589,22
11	6547.00007.500-1	Itapetininga	168.312,41
12	6555.00007.500-2	Itápolis	12.754,63
13	6583.00009.500-9	Ituverava	11.339,87
14	6587.00009.500-1	Jaboticabal (Av. Nicolino Filardi)	141.136,57
15	6643.00026.500-9	Lins	66.544,26
16	6687.00007.500-7	Matão	52.400,00
17	6681.00026.500-1	Marília	153.770,36
18	6915.00013.500-1	Porto Ferreira	118.227,42
	7079.00015.500-7	São Carlos	0,00
19	7095.00005.500-4	São José do Rio Pardo	32.482,49
20	7181.00006.500-6	Tatuí	261.982,08
21	7183.00030.500-3	Taubaté	2.127.178,19
22	7245.00040.500-1	Votuporanga	511.843,20
			<b>19.196.534,31</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO

12321.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO			Em R\$
Nr.	Nr. Inscrição Genérica	Localização	Valor Atual
	IM1511699	Obras no Imóvel da VT de Rio Claro - Restos a Pagar não Processados em Liquidação	83.048,09
1	IM1511626	Construção da VT de Barretos	1.871.592,57
2	IM1511631	Construção da VT de Porto Ferreira	1.624.650,20
			<b>3.579.290,86</b>

Notas Explicativas: IM1511699 - OBRAS ANDAMENTO (RESTOS A PAGAR EM LIQUIDAÇÃO) - VT RIO CLARO - Contrato rescindido, sub judice. Alguns serviços foram executados, mas não foram apresentadas as faturas pela empresa. (conforme informações contidas no email de 30/06/14 - Coordenadoria de Contratos. Registro em atendimento ao Comunicado 2015/0180521 - CCONT/STN/MF DE 21/01/2015.

Situação em 31 de dezembro de 2016.

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.05 - ESTUDOS E PROJETOS

12321.06.05 - ESTUDOS E PROJETOS			Em R\$
Nr.	Nr. Inscrição Genérica	Localização	Valor Atual
1	IM1511627	Construção da VT Itapetininga	114.000,00
2	IM1511628	Construção ED. Sede da VT Votuporanga	154.232,80
			<b>268.232,80</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.



DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.07.00 - INSTALAÇÕES			Em R\$
Nr.	Nr. Inscrição Genérica	Localização	Valor Atual
1	IM1511630	Modernização Tecnológica das Instalações de Elevadores - Ed.Sede Judicial (CP. 0408/2014)	2.639.415,18
			<b>2.639.415,18</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.

Para Bens Imóveis, o critério para atualização anual adotado pela Administração do Órgão foi a correção do valor com base no índice IBGE IPC-A, e eventuais reavaliações decorrentes de benfeitorias realizadas nos imóveis. O total contabilizado a título de depreciação acumulada, soma de R\$ 912,8 mil, foi registrado pelo Secretaria do Patrimônio da União – SPU, considerando que compete àquele Órgão a gestão dos bens imóveis da União, bem como a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

O ativo Intangível contempla os investimentos em software, os totais contabilizados são: valor bruto de R\$ 6,0 milhões, amortização acumulada de R\$ 3,7 milhões, restando valor líquido de R\$ 2,3 milhões.

A amortização de intangíveis no Órgão foi registrada no exercício financeiro com base nos seguintes critérios: o prazo adotado para a amortização das despesas de software, fixado em 5 (cinco) anos, é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com data de recebimento/atestado informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/atestado); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares).

## 3.2 PASSIVO

### 3.1.1 PASSIVO CIRCULANTE

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, totalizou R\$ 122,8 milhões.

Do total contabilizado R\$ 86,7 milhões se refere a obrigações trabalhistas, e representa 15,6% do passivo total, assim constituído.

- R\$ 84,9 milhões relativos a reconhecimento de passivos. As despesas de Pessoal/Encargos Sociais foram ajustados no decorrer do exercício de 2016, por atualização ou pela não inclusão da dedução nos eventuais pagamentos efetuados, de acordo com informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região, segue quadro com a composição dos saldos por conta contábil e dívida.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis – Exercício 2016

(ISF-P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP)	Em R\$
FATO_GERADOR	SALDO ATUAL
Férias Indenizadas de Magistrados	12.844.814,75
PAE 94-97 (Proc. 0000778-13.2010.5.15.0895)	50.949,45
PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)	3.025.328,67
PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	13.878.980,81
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	4.016.515,14
PROAD 1045/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Marcia Ribeiro Ferreira)	12.754,06
PROAD 120/2016 - Abono de Permanência - ABPE (José Carlos Fonseca)	25.777,51
PROAD 1795/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Levi Rosa Tome)	10.785,29
PROAD 2191/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Augusto Candido da Silva)	13.260,16
PROAD 236/2016 - Abono de Permanência - ABPE (SILVANA DIAS JONAS)	7.955,55
PROAD 2888/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Maria Rita da Costa)	15.895,31
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Adicional de Férias e Indenizações (Proc.Adm.0000494-63.2014)	37.441,61
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Gratificações (FC/CJ)	79.093,17
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Proventos/Pensões	356.131,36
Proc.Adm.0060000-29.1998.5.15.0895 PA - Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art.189) - DPRP (Neusa de Oliveira Nogueira)	7.819,94
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias (Deise Ribas Ortigosa Leite).	28.389,91
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).	39.874,94
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	19.899,09
Processo 0000458-49.2013.5.15.0897 PA - Pagamento de Férias (Dr.Afrânio Flora Pinto)	18.195,82
Processo 0000559-24.2015.5.15.0895 PA - Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes	2.329.029,10
Processo 0018400-13.2007.5.15.0895 PA - Diferenças de Adicional por Tempo de Serviço - Magistrados	2.118,09
Processo 0020700-84.2003.5.15.0895 PA - Correção Monetária e Juros de Mora sobre Diferenças da Vantagem do Art.193 (Rosa Maria Costa Delfino).	89.828,23
Processo Administrativo - PROAD n. 2854/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Eliani Gomes Costa Gaspar)	7.468,67
Processo Administrativo - PROAD n. 3073/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Alcindo Mendonça Machado)	20.749,47
Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE - Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço - ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)	34.675,71
Protocolo Administrativo nº 14500/2015 (Elenice Aparecida de Almeida) - Abono de Permanência	19.508,57
Protocolo Administrativo nº 1598/2016 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Moema Duboc Garbellini de Aguiar)	10.074,95
Protocolo Administrativo nº 4898/2016-DGE - Reconhecimento de Passivos de Substituição -DSUB	11.413,72
Protocolo Administrativo nº 611/2016 - DGE - Reconhecimento de Férias Indenizadas - DAFI	11.494,66
Protocolo Administrativo nº 7155/2016 - DG - Diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	2.277.024,62
Protocolo nº 001558/2016 - DG - Abono de Permanência - ABPE (Dr. Paulo César dos Santos)	13.984,69
Protocolo nº 002093/2016 - DG - Abono de Permanência - ABPE (Dr. Amauri Vieira Barbosa)	58.452,22
Protocolo nº 002234/2016 - DG - Abono de Permanência - ABPE (Dr. Antonio Francisco Montagnagna)	25.697,29
Protocolo nº 015144/2015 - DG - Dívida de Plantão Judiciário (Dra. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite)	5.540,05
Protocolo nº 017147/2015 - DG - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) - OUTR (Dr. Rosério Firmo)	43.847,49
Protocolo nº 018021/2015 - DG - Diferença de Adicional de Férias - DAFI (Dra. Ana Maria Garcia)	8.654,61
Protocolo nº 1060/2016 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Décio João Gallego Gimenes)	24.873,43
Protocolo nº 11289/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	3.814.442,83
Protocolo nº 12036/2015 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (João Donizete Gonçalves)	13.962,71
Protocolo nº 12219/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	1.635.680,04
Protocolo nº 1287/2016 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (José Laércio Verza)	47.505,18
Protocolo nº 14282/2014 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Antonio Valdir Sousa)	8.222,61
Protocolo nº 15884/2015-DGE - Férias Indenizadas - DAFI (Marlene Bezerra Batista)(Antigo Protocolo 1511/2015-DG)	55.249,40
Protocolo nº 1663/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)	17.566,57
Protocolo nº 16804/2015 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Alcindo Aparecido da Silva)	17.803,53
Protocolo nº 17060/2015 - DGE - Licença Prêmio Indenizada - LPIN (Conceição Mendonça Leite)	33.909,04
Protocolo nº 17578/2015 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Ricardo Antônio de Castro)	89.177,92
Protocolo nº 3155/2016 - DG - Diferença de Proventos e Pensões - DPRP (Ismael Coelho de Oliveira Borges)	28.922,10
Protocolo nº 3227/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	1.626.077,02
Protocolo nº 3228/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	3.284.874,12
Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batistuta)	28.009,83
Protocolo nº 934/2016 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Sidney Ribeiro Vidal)	12.801,06
Recesso (Proc 121-22.2013). Adicional por Serviço Extraordinário	8.774,34
URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	31.122.571,81

(ISF-P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP) 81.329.848,22



(ISF-P): 21.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (CP)		Em R\$
FATO_GERADOR		SALDO ATUAL
PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895)		87.821,32
PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA		644.168,59
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)		372.549,93
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias e Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).		8.516,98
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)		3.024,40
Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço - ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)		7.441,42
Protocolo Administrativo nº 001142/2015 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Henrique Chiossi Rodrigues)		0,00
Protocolo nº 1060/2016 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Décio João Gallego Gimenes)		5.321,10
Protocolo nº 1159/2014 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglioni)		0,00
Protocolo nº 1663/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)		3.752,17
Protocolo nº 451/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista)		0,00
Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batistuta)		5.992,26
URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)		2.472.940,77
(ISF-P): 21.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (CP)		3.611.528,94

- R\$ 1,7 milhão concernentes a restos a pagar não processados em liquidação inscritos em 2016, destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais de exercícios anteriores.
- O valor relativo ao registro contábil de precatórios judiciais trabalhistas, incluídos na proposta orçamentária 2016, foram estornados em atendimento às orientações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, tendo em vista nova forma de operacionalização para o pagamento das sentenças judiciais.

O total registrado como obrigações a fornecedores e contas a pagar soma R\$ 98,5 mil, conforme quadro a seguir. A variação negativa verificada em relação ao saldo de 2015 (95%) decorre, sobretudo, do esforço do Órgão no pagamento das despesas com aluguel, competência dezembro 2016, no próprio mês da liquidação.

Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor - UG

Fornecedor		Curto Prazo
52220894000129	ESTETO ENGENHARIA E COMERCIO LIMITADA	83.048,09
080011	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	15.423,82
<b>Total</b>		<b>98.471,91</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

As provisões de curto prazo, R\$ 35,5 milhões, resultam de política de registro contábil adotada a partir de 2016. O saldo apresentado é formado pelos seguintes fatos: R\$ R\$ 24.039.885,68 - PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA) - Ajuste - Transferência de saldo da conta 211110400 – Obrigações Trabalhistas para 217110100 – Provisão para Indenizações Trabalhistas, passivo com sua exigibilidade suspensa por medida cautelar, em atenção à Mensagem CFIN/CSJT nr 036/2016 e Informação CPAG/SPM nº 1128/2016; e R\$ R\$ 11.492.013,53 – Provisão para Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes-OUTR. Reconhecimento conforme Protocolo nº 12045/2016-DG - Registro de passivo relativo a ressarcimento de pessoal requisitado, reconhecido mediante provisão, a partir de valores estimados não contabilizados pela ausência de comprovação documental por parte dos órgãos detentores dos servidores, conforme o contido na Informação CPAG/SPPSVE nº





1105/2016 e Reconhecimento da dívida em 14/12/2016. De acordo com a Macrofunção Siafi 020336.

As demais obrigações a curto prazo, R\$ 531,0 mil, são originárias sobretudo dos depósitos retidos sobre fornecedores e de cauções recebidos.

### 3.1.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, totalizou R\$ 134,2 milhões registrado a título de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência.

Do total registrado, R\$ 131,9 milhões se referem a reconhecimento de passivos, as despesas de Pessoal/Encargos Sociais, conforme quadro a seguir.

(ISF:P): 22.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (LP)

FATO_GERADOR	SALDO ATUAL
VPNI	119.283.385,00

(ISF:P): 22.142.98.00 - OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (LP)

FATO_GERADOR	SALDO ATUAL
VPNI	12.573.443,30

**Total LP 131.856.828,30**

Foram contabilizados a título de passivo não circulante, os valores relativos a precatórios federais reconhecidos após o envio da proposta orçamentária de 2017, R\$ 2,3 milhões informados pela Assessoria de Precatórios, em atendimento ao disposto no Acórdão TCU nº 1.338/2014, inciso XXII, letra “c”, e orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 061/2015.

### 3.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, o patrimônio líquido do Órgão soma R\$ 296,8 milhões.

O resultado de exercícios anteriores totaliza R\$ 348,4 milhões e o do exercício 2016 um deficit de (R\$ 43,2) milhões.

No exercício de 2016 foram contabilizados, também, ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido do Regional, o qual promoveu uma redução de (R\$ 8,4) milhões ao patrimônio, cujo montante segue discriminado por lançamento e motivação.

Os ajustes efetuados no período, no Patrimônio Líquido, referentes a exercícios anteriores, foram:

#### 1. Mês – abril/2016

1.1. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, REFERENTE APROPRIAÇÃO DE INTANGÍVEL/SOFTWARE, NÃO CONTABILIZADO NA CONTA DE ATIVO “124110101 – SOFTWARES”.

2016NL00049, de 19/04/2016, valor de R\$ 476.600,00 – acerto referente 2014NS003360, de 20/05/2014.



1.2. AJUSTE REFERENTE APROPRIAÇÃO DE AMORTIZAÇÃO 2014/2015, RELATIVO A INTANGÍVEL/SOFTWARE, NÃO CONTABILIZADO NA CONTA DE ATIVO EM 2014. 2016NS002759, de 19/04/2016, valor de (R\$ 150.923,33) – acerto referente 2014NS003360, de 20/05/2014, sendo R\$ 55.603,33 (jun/2014 a dez/2014) e R\$ 95.320,00 (jan/2015 a dez/2015) e o termo de recebimento definitivo com data de 13/05/2014.

1.3. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, REFERENTE BAIXA DE INTANGÍVEL/SOFTWARE. 2016NL000053, de 25/04/2016, valor de (R\$ 39.000,00) – baixado por falta de retorno e informação da área competente, para averiguação da data de ateste.

1.4. AJUSTE NA CONTA 12311.99.10 – MATERIAL DE USO DURADOURO, REFERENTE LANÇAMENTOS NÃO EFETUADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES. 2016NS003280, de 29/04/2016, valor de R\$ 1.921,18 – sendo R\$ 2.276,54 – valor não lançado em 2008 + R\$ 35,92 – valor não lançado em 2013 – R\$ 392,55 proveniente de estorno não lançado em 2014 + R\$ 1,27 – ajuste em razão da diferença com o relatório de inventário da seção da biblioteca.

## 2. Mês – setembro/2016

2.1. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, MEDIANTE BAIXA DE MATERIAL PERMANENTE EXTRAVIADO NA VT DE CRUZEIRO, EM 2011, CONFORME BOLETIM DE OCORRÊNCIA, DE 05/08/2016. 2016NS007194, de 28/09/2016, no valor de (R\$ 2.175,00 – valor bruto do bem móvel) e no valor de (R\$ 1.859,91 – valor da reversão depreciação exercícios anteriores), diferença líquida do registro na conta 23711.03.00, no valor de (R\$ 315,09) – baixado, conforme Boletim de Ocorrência, de 05/08/2016, Nota de Recolhimento 33/2016 - processo SCB. 028/2016.

2.2. ACERTO DE BEM DISTRIBUÍDO EM 2015, BEM COMO DA DEPRECIÇÃO REFERENTE 2015, BAIXADO DO ESTOQUE INTERNO EM SETEMBRO/2016. 2016NS007327, de 30/09/2016, no valor de ( R\$ 168,06) – conforme informação por email da Coordenadoria de Material e Logística, de 03/10/2016

## 3. Mês – outubro/2016

3.1. BAIXA CONTÁBIL DE MATERIAL PERMANENTE FURTADO DA 1ª VT DE BAURU EM 2001, COMO AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, POR ENTREGA INTEMPESTIVA DO PROCESSO À COORDENADORIA DE CONTABILIDADE PARA CONTABILIZAÇÃO. 2016NS007685, de 19/10/2016, no valor de (R\$ 128,30) – conforme Ofício de 26/11/2001 – Processo SCB. 005/2001.

3.2. BAIXA CONTÁBIL DE MATERIAL PERMANENTE FURTADO DO ANEXO DA SECRETARIA DE SAÚDE EM 2001, COMO AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, POR ENTREGA INTEMPESTIVA DO PROCESSO À COORDENADORIA DE CONTABILIDADE PARA CONTABILIZAÇÃO. 2016NS007686, de 19/10/2016, no valor de (R\$ 269,03) – conforme Boletim de Ocorrência de 25/05/2001 e Nota de Recolhimento 039/2016 – Processo SCB 007/2001.

3.3. BAIXA CONTÁBIL DE MATERIAL PERMANENTE FURTADO DA VT DE CAÇAPAVA, COMO AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, POR ENTREGA INTEMPESTIVA DO PROCESSO À COORDENADORIA DE CONTABILIDADE PARA CONTABILIZAÇÃO. 2016NS007687, de 19/10/2016, no valor de (R\$ 429,31) – conforme Boletim de Ocorrência de 17/09/2001 e Nota de Recolhimento 040/2016 – Processo SCB. 008/2001.



#### 4. Mês – dezembro/2016

4.1. AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES REFERENTE PROTOCOLO nº12045/2016-DG, PROVISÃO REEMBOLSO DE DESPESAS COM REMUNERAÇÃO E ENCARGOS SOCIAIS PARA ÓRGÃOS/ENTIDADES CEDENTES, COMPETÊNCIA EXERCÍCIOS:2013 A 2015.

2016NS009356, de 16/12/2016, no valor de (R\$ 8.674.098,46) – Ajuste Exercícios Anteriores relativo a registro de passivo de ressarcimento de pessoal requisitado, reconhecido mediante provisão, a partir de valores estimados não contabilizados pela ausência de comprovação documental por parte dos órgãos detentores dos servidores, conforme o contido na Informação CPAG/SPPSVE nº 1105/2016 e Reconhecimento da dívida em 14/12/2016. De acordo com orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 036/2016 e na Macrofunção Siafi 020336.

Valor Total: (R\$ 8.386.810,40)

### 3.4 QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

#### 3.4.1 ATIVO FINANCEIRO

O somatório de R\$ 35,8 milhões dos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade estão assim constituídos: R\$ 35,7 milhões registrados na conta Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento, e R\$ 128,6 mil em Depósitos e Cauções Recebidos para garantia de contratos firmados com fornecedores. Os depósitos foram atualizados, data base dezembro/2016, em conformidade com a norma de encerramento do exercício e mediante comprovante disponibilizado pela Instituição Financeira.

#### 3.4.2 ATIVO PERMANENTE

O ativo permanente do Órgão somou R\$ 518,0 milhões, assim composto:

CONTA CONTÁBIL	SALDO
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	39.096,45
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	1.434.291,18
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PA	36.998,55
ESTOQUES	4.486.341,34
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - C	58.123,60
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIA	68.671,68
ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS -	1.348.910,35
BENS MOVEIS	97.084.011,87
BENS IMOVEIS	454.881.263,79
DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACA	-43.721.570,41
INTANGÍVEL	2.322.757,09
	<b>518.038.895,49</b>

#### 3.4.3 PASSIVO FINANCEIRO



O total do passivo financeiro soma R\$ 33,5 milhões assim constituído:

CONTA CONTÁBIL	Em R\$ SALDO
CREDITO A LIQUIDAR INSCRITO EM RPN	25.612.618,97
CREDITO EM LIQUIDACAO INSCRITO EM	1.691.099,24
CREDITO LIQUIDADO A PAGAR INSCRITO	395.402,54
RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	5.526.736,71
RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM L	122.182,35
RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PA	41.011,02
RP PROCESSADOS A PAGAR	2.331,09
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	128.644,19
	<b>33.520.026,11</b>

### 3.4.3 PASSIVO PERMANENTE

O total do passivo permanente, R\$254,7 milhões, é formado pelos seguintes saldos:

CONTA CONTÁBIL	Em R\$ SALDO
OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	81.329.848,22
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OF	3.611.528,94
PROVISOES A CURTO PRAZO	35.531.899,21
PRECATORIOS DE PESSOAL	2.371.713,99
OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	119.283.385,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	12.573.443,30
	<b>254.701.818,66</b>

### 3.4.4 SALDO PATRIMONIAL

O saldo patrimonial verificado foi de R\$ 265,7 milhões, a diferença para o patrimônio líquido é de R\$ 31,1 milhões a menor, pois não estão computados os seguintes saldos das contas: R\$ 25,6 milhões relativos aos créditos a liquidar no exercício de 2016, inscritos em restos a pagar não processados ao final do exercício, e R\$ 5,5 milhões originários do saldo de restos a pagar não processados a liquidar executados no ano de 2016, desconsiderados os valores em liquidação.

O inciso II do art. 35 da Lei 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas, desta forma, esses montantes estão computados no passivo financeiro, impactando o saldo patrimonial.

### 3.5 QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÕES

O quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente



podem afetar o patrimônio do Órgão, positivamente ou negativamente, respectivamente.

Os saldos dos atos potenciais em 31 de dezembro de 2016, contemplados no demonstrativo, se referem às garantias recebidas, aos direitos e obrigações contratados, e somam: Ativos, R\$ 16,5 milhões, e Passivos, R\$ 110,4 milhões.

Vale destacar que, a variação significativa verificada em relação ao ano de 2015 na execução dos atos potenciais, impactada pelo valor de R\$ 35.737.715,00, refere-se a valor executado concernente a Termos/Acordos de Cooperação com Instituições Financeiras.

### 3.5.1 DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

O valor total apurado a executar relativo a atos potenciais ativos, o saldo de R\$ 16,5 milhões, é composto por:

- R\$ 9,8 milhões relativos à execução de garantias recebidas no país.

	Em R\$
CONTA CONTÁBIL	SALDO
FIANCAS A EXECUTAR	1.647.754,20
SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	8.051.814,23
CAUCAO A EXECUTAR	128.644,19
	<b>9.828.212,62</b>

- R\$ 283,2 mil resultantes dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, mediante recolhimento de taxa de ocupação dos imóveis de responsabilidade do Órgão, conforme quadro a seguir.





- R\$ 5,8 milhões de recursos a receber dos Acordo celebrado com Instituição Financeira Oficial, destinado à consecução de projetos e atividades que traduzam o interesse público primário do Órgão. A diferença verificada ao apontado no Balanço Patrimonial, de R\$ 607 mil, refere-se a saldo remanescente de contrato com vigência encerrada em 2015, executada em 2016, mas considerada como a executar no demonstrativo contábil.



**ATOS POTENCIAIS – DIREITOS CONTRATUAIS**  
**Contas Contábeis: 711.31.08.00 – Termos/Acordos Cooperação**

**Contas Contábeis:**

**711.31.08.00 – Termos/Acordos Cooperação**

**811.31.08.01 – Termos/Acordos Cooperação com Instituição Financeira**

**811.31.08.03 – Termos/Acordos Cooperação Executado**

**Contrato TRT nº 190/2016**

Processo TRT nº 0000140-67.2016.5.15.0895 PA

Contrato de prestação de serviços financeiros e outras avenças, que entre si celebram o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e o banco do Brasil S.A., para os fins que especifica.

Objeto: a prestação pelo BANCO ao TRIBUNAL, em regime concorrencial, dos serviços de Centralização, pelo BANCO, da administração dos depósitos judiciais trabalhistas e precatórios trabalhistas, efetuados à ordem do TRIBUNAL, na forma das disposições do ANEXO I.

Posição: Dezembro/2016

DATA REGISTRO	DOCTO SIAFI	OBS	VALOR (R\$)
31/12/16	Docto Hábil: 2016RC000175 – 2016NS010120	Registro de direitos contratuais decorrentes do Contrato TRT n 190/2016 - Processo TRT n 0000140-67.2016.5.15.0895 PA - Ofício 183/2016-DG, conforme valores informados pela instituição financeira - Banco do Brasil.	5.820.759,90
Total			5.820.759,90

Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

•  
•

### 3.5.2 DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

- O total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 110,5 milhões, compreende as seguintes obrigações contratuais:

Obrigações Contratuais - Composição - UG

Obrigações Contratuais	Saldo Atual - R\$
Aluguéis	41.766.094,80
Fornecimento de Bens	713.362,62
Serviços	67.995.509,87
<b>Total</b>	<b>110.474.967,29</b>

Fonte: Tesouro Gerencial



A tabela a seguir contempla por credor os valores contratados com o Regional.

Obrigações Contratuais - Por Contratado - UG

	Contratado	Saldo Atual - R\$ Total
53309852000121	A ALVES SA INDUSTRIA E COMERCIO	222.014,28
43209436000106	ACECO TI S.A.	943.987,00
00603044808	ADELE CATERINO DE ARAUJO	97.816,90
04436865800	ADILSON LODUCCA	35.107,21
06236353000171	ADMINISTRADORA DE BENS CEDRO S/S LTDA - EPP	657.446,70
10964571803	ADRIANA FERREIRA GONCALVES DE ANDRADE	117.884,28
03767254000128	AGILE TERCEIRIZACAO LTDA - EPP	3.214.379,94
01382166818	AGNALDO COSTA	130.851,03
07809721000196	AIRONSERV SERVICOS INTEGRADOS LTDA - EPP	1.355.289,65
07463467000117	AKATIJU COMERCIAL E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - EPP	92.400,00
08237641000176	ALA ADMINISTRACAO E MULTISERVICOS LTDA.	60.449,01
41924330873	ALEXANDRE PASCHOAL DARBO	35.984,34
16794678837	ALEXANDRE RODRIGUES TORRES	30.060,63
04622116000113	ALGAR MULTIMIDIA S/A	43.049,48
09637655000140	ALTO DO SILVARES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	634.666,67
17851421000129	ALUXE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI - ME	879.414,56
07735705000104	AMAZONIAN AIR AR CONDICIONADO LTDA	44.309,30
05626406816	AMILSON AZNAR DIAS	222.270,59
17788397890	ANGELA GALEGO DIAS DA SILVA	70.035,66
60304596868	ANTONIA NEVES DE FIGUEIREDO	1.608.000,00
02025237804	ANTONIO APARECIDO BACCEGA	462.151,02
62928716815	ANTONIO CATERINO	97.819,76
55534791853	ANTONIO MANUEL PAULINO DE CARVALHO	231.931,91
03564100806	ANTONIO PEDRO CREMONESI	201.059,17
44173253672	ANTONIO RENATO BUENO	488.656,27
05576482000146	ARCOLIMP SERVICOS GERAIS LTDA	362.033,24
14123615830	ARIOVALDO CONDE JUNIOR	310.054,90
10658360000139	ATENAS ELEVADORES LTDA - EPP	83.653,61
07939760000108	AVEME GESTAO DE PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - EPP	1.182.825,80
02254737000166	BASIC ELEVADORES LTDA.	9.048,01
03949258000127	BASS ELEVADORES LTDA - EPP	46.146,42
11072886000103	BIOVETOR SERVICOS LTDA - EPP	10.716,00
17936324000139	BLUE BLACK PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	277.600,00
04659939000113	C A M J ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A	364.766,66
90113861834	CARLOS ALBERTO CAMPANATI	263.575,12
02702917844	CARLOS ALBERTO JORGE	7.021,30
25796268830	CARMEM SILVIA TOLEDO SIQUEIRA	59.549,68
08057547000135	CARVALHO & ZAVAGLIO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - ME	235.988,30
09569257822	CECILIA APARECIDA BERTOLI INOCENTI	183.769,79
61600839000155	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E	2.514.374,64
47575196000106	CESTAC COMERCIO E MANUTENCAO DE AR CONDICIONADO LTDA -	47.612,30
24016172000111	CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVICOS S/A	198.150,62
04088208000165	CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A.	99.737,84
01211015000161	CIBAM ENGENHARIA EIRELI - EPP	1.411.073,66
03328305000115	CLARITY SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - EPP	15.825,14
81342675800	CLAUDENOR MIARELLI	43.694,19
21420139886	CLEUSA APARECIDA PASQUINI MIARELLI	43.694,02
01181242000434	COMPWIRE INFORMATICA S/A	341.878,08
67629840000199	CONSISTE ELEVADORES E SERVICOS LTDA. - EPP	95.742,70
50715648000112	CONSTRUTORA MALIBU SAO CARLOS LTDA - EPP	1.018.840,18
01350233000187	CONSTRUTORA PADUA LTDA	1.518.856,76
56167331000175	CONTATUS ELETRICIDADE LTDA	1.633.193,33





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis – Exercício 2016

07191283823	CRESIO MARTINS ROSA	488.655,96
78481481815	CREUBE FELIX DE MENDONCA	83.378,83
02263120000107	D.Z. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	906.000,00
82744424820	DAISELIZA JACOMINO LORENZETTI	124.622,60
56795362000170	DAMOVO DO BRASIL S.A.	33.361,80
03738315000129	DEDETIZADORA, DESENTUPIDORA E COMERCIO LOREMI LTDA - EP	240.558,62
05384855827	DENISE MARINA RAIMUNDO RAMALHO	402.290,80
03335879872	DERCIO GONCALVES PEREIRA	89.898,32
04839879000110	DIGITAL JUNDIAI LTDA - ME	88.735,68
90498763820	DIOLINDO MIARELLI	43.922,23
04224658000138	DIRETA CENTRAL DE ALARMES E COMERCIO LTDA - EPP	205.848,17
81132344891	DORIVAL MIARELLI	43.694,02
01228106000100	EBPAR - PARTICIPACOES SOCIETARIAS E EMPREENDIMENTOS IMO	13.060,60
25786414809	EDUARDO ESDRAS TOLEDO SIQUEIRA	59.549,68
18328190869	EDUARDO MENDONCA DE ANDRADE	111.606,27
12329513828	ELAINE CRISTINA RODRIGUES TORRES D URSO	30.047,60
00028986006220	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.	8.436,14
05823840000178	ELEVADORES ORION LTDA.	88.056,86
54222401000115	ELEVADORES VILLARTA LTDA	4.220,00
05104855000186	ELIANA MARIA GERUMIN OLIVEIRA - EPP	180.442,99
10231202830	ELIANA MARIA GUERREIRO DA MOTA PAES	70.637,21
12650410833	ELIANE APARECIDA GARCIA CORRAL	336.667,61
11372630000103	ELISABETE SABINO SERVICOS DE DEDETIZACAO - ME	17.975,50
72213167834	ELIZABETH BUSATO CREMONESI	201.059,17
04838192800	ELQUIDES GONCALVES JUNIOR	222.270,38
05098101000160	EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS ARMINDO RAMALHO LTDA	851.150,00
03143862000161	EMPREITEC CONSTRUCOES E MANUTENCOES LTDA - EPP	10.402,36
34028316710151	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	3.239.797,88
03205968000142	ENGETAX EQUIPAMENTOS LTDA	39.312,82
17726814829	ERASMO JUNIOR TOLEDO SIQUEIRA	59.549,68
65390350804	ERNESTO JOSE RIBEIRO	498.721,47
68970680000100	ERODATA CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	212.975,20
56851769000178	ESPEL ELEVADORES ESPECIALIZADOS - EIRELI - EPP	49.888,58
08800688000104	ETERNA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	86.422,21
28582375816	EVANDRO MENDONCA DE ANDRADE	111.606,30
31236337808	EWERTON ALEXANDRE MIARELLI	43.975,97
16754866896	FABIANO GALEGO DIAS	70.035,66
09638319844	FABIO RODRIGUES GONCALVES	292.849,30
55100643668	FABIOLA RIBEIRO TERRA BACCEGA	462.150,28
15399791000141	FABRI, GARCIA, VIEIRA ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LT	591.001,80
93061110887	FATIMA DE LOURDES SAMPAR GONCALVES	63.886,90
20856180815	FELICIO RUSSO NETO	19.319,12
10302293841	FERNANDO LIMA DE MORAES	789.020,46
08953103000188	FIBRA OPTICA RIO PRETO LTDA - EPP	24.519,47
11472645000143	FLEX ELEVADORES COMERCIO DE PECAS E MANUTENCAO LTDA - E	12.070,14
01798447843	FLORIBERTO MARIANO	32.202,80
10159216000158	FOLSMA PARTICIPACOES LTDA	277.600,00
21946748889	GISLAINE PARMINONDI DOS SANTOS LEATI	23.500,00
10953458857	GUILENE AIDAR CERON	79.783,27
05939875000177	HEBAS HOLDING S/A	1.288.857,17
14173198876	HEIDY FUMIE KOYAMA	69.745,52
14454110832	HELIO D ARBO JUNIOR	35.983,28
82135541834	HELOISA HELENA FERREIRA DE CARVALHO	231.932,49
07129057000134	HLMM - ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1.098.808,36
12952507000124	HOTEL Pousada DAMICO LTDA - ME	17.858,28



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis – Exercício 2016

42446945872	IDA RUSTON SILVA	169.991,76
74369224000101	IDEAL ELEVADORES DE ARARAQUARA LTDA - EPP	11.070,00
03267141000163	IMPACTO CONTROLE DE PRAGAS EIRELI - EPP	44.550,75
21420146823	IRENI CONCEICAO VALERETTO MIARELI	43.922,23
12482939000119	IVAI AR CONDICIONADO - EIRELI - EPP	229.005,58
16856655860	IVAN LUIS NICOLETTI	242.894,25
11991717865	IVETE VALDERRAMOS MACHADO	118.483,43
38133326834	IVONE BIANCHINI MARIANI	323.179,96
51379543000100	J. N. GONCALVES ADMINISTRACAO DE BENS LTDA.	819.725,49
21712778820	JACKSON LUIZ MACHADO	118.483,69
05573745883	JIN JIJI RIN	525.402,26
06012477000173	JLR TRANSPORTES E PARTICIPACOES LTDA	63.280,46
08636742000110	JMALLS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTD	1.187.423,60
19592108820	JOAO CLAUDIO BIGATAO	83.378,88
15936380866	JOAO DONIZETE LEATI	23.500,00
97998583800	JOAO DONIZETI GONCALVES	63.887,00
05070961853	JOAO LUIZ DA COSTA	59.501,78
73527343849	JOEL ALMEIDA MANHEZE	69.845,52
06150092631	JONAS CALDEIRA DOS SANTOS	17.461,35
83161279891	JOSE AUGUSTO PRUDENTE	125.577,91
27633942800	JOSE CARLOS ARTONI	267.314,94
29996287815	JOSE FRANCISCO DA SILVA	82.221,43
08513098876	JOSE GILMAR CERON	79.783,27
05071208849	JOSE PEDRO DA COSTA	59.501,54
07841981872	JOSE SOARES GOMES	10.470,42
57695058000114	JOTABE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA	1.122.576,16
61584843000177	JOTAERRE DIGITACAO E SERVICOS LTDA	800.898,22
07814218616	KAIO CALDEIRA DOS SANTOS	17.461,35
24805650842	LETICIA GOMES DAS CHAGAS	302.664,63
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	18.963,51
10541436848	LUCIA HELENA ANDRADE DE BARROS JORGE	7.021,08
09203773860	LUCIANO JOSE FONSECA DE ANDRADE	106.529,05
02573465896	LUIZ ALBERTO MANSILHA BRESSAN	103.976,50
03169308815	LUIZ CARLOS BETIOL D ARBO	215.994,31
04626101879	LUIZ HENRIQUE ABRAO PEREIRA	89.899,66
33747094864	LUIZ HENRIQUE LEON DE SOUZA GASPAS	151.698,74
29837562897	LUIZ OTAVIO JACOMINO LORENZETTI	248.477,96
50750298000125	LUZ PUBLICIDADE SP SUL LTDA	88.680,00
19221867000103	M. R. H. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS - EIRELI	2.664.683,79
52040763000160	MADEIRA & CIA LIMITADA	1.090.500,00
26076327000130	MALANGA SANTOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP	1.300.500,00
13600008870	MARCELINO CORRAL NETO	336.668,58
01089345860	MARCO ANTONIO MATSUURA	165.630,38
75015676891	MARCO ANTONIO SANTI TARDELLI	878.701,64
08653456864	MARCO AURELIO CHAGURI	215.512,76
21420132873	MARIA APARECIDA FLOR MIARELLI	43.922,23
11235237893	MARIA APARECIDA PIROZZI	215.750,18
09416185876	MARIA APARECIDA REIS DE MACEDO	79.022,17
04289821820	MARIA AUXILIADORA CAMPAGNOLI SILVA	82.652,75
03952859842	MARIA DE LOURDES SANCHEZ FACCI	64.000,49



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis – Exercício 2016

31546591885	MARIA FERNANDA LEON DE SOUZA GASPAR	151.698,73
25924345858	MARIA MEDEIRO FERREIRA MIARELLI	43.695,12
04746603898	MARIA PAULA GROKE	263.574,86
26663562304	MARIA SOCORRO LEITE COSTA	207.541,98
16072756867	MARILIA PEIXE HILDEBRAND RUSSO	19.319,12
15277455892	MARIO BRAZ DAS CHAGAS JUNIOR	302.665,11
69062650830	MARIO SORRENTINO	521.951,81
05075912834	MERCEDES APPARECIDA SEGURA BERTOLI	183.769,65
02069732000163	NECTAR BRIX INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS EIRELI	116.851,92
63830485891	NELSON MIARELLI	43.694,02
01895924863	NICOLA FACCI NETO	64.000,60
06209837875	NOEMIA MATSUURA	165.630,01
05255748000159	NTC- NUCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA	308.545,57
42194191000110	NUTRICASH SERVICOS LTDA	255.440,24
10874523000110	OBJETIVA SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI - EPP	2.462.747,23
10344764000158	OCTOPLUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME	133.430,23
59456277000176	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	402.843,31
71564546000113	ORGANIZACAO EMPRESARIAL ITARARE LTDA - ME	58.425,24
07799037000170	ORION - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA - ME	173.750,00
02474934000190	PAMAR COMERCIAL SERVICOS E LOCACAO LTDA - EPP	78.628,45
57134707849	PASQUALE CATERINO	97.819,86
97979171853	PERCILIA MARIANI	107.726,68
30694710644	PERSEU MARIANI	107.726,68
14117555880	PERSIO BIANCHINI MARIANI	107.726,68
21420137832	PIERINA CLEONICE VALERETTO MIARELI	43.694,67
02780863000154	PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME	93.647,18
04595044000162	PORTAL TURISMO E SERVICOS LTDA - EPP	94.292,84
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	526.914,34
10664420000126	PROJECLIMA LTDA - ME	70.638,87
08438690000177	PROMOVE SEGURANCA ELETRONICA LTDA - EPP	84.000,00
69207850000161	RCA PRODUTOS E SERVICOS LTDA.	9.020.832,73
10928126000184	REAK SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	13.527.845,88
05310120858	REGIANE DA SILVA VASSAO MARIANO	29.200,00
07173382823	RENATA CIPOLLI DARBO	36.029,20
34667342668	RITA FILOMENA BARBEITO MARQUES CALDEIRA	34.923,49
15062680808	ROBERTO RUBENS MULLER	242.893,76
18328191830	ROGERIO MENDONCA DE ANDRADE	111.618,45
10173949894	ROSSANA PEIXOTO ALVES FERREIRA	167.403,31
03206234000188	SAMHI SANEAMENTO MAO DE OBRA E HIGIENIZACAO LTDA	412.702,20
09587302885	SANDRA REGINA RODRIGUES TORRES	30.047,60
02435614000121	SANTANA SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	111.238,40
07108509000282	SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQ	70.063,90
08720284888	SEBASTIAO FERNANDO REIS MACEDO	67.362,57
00332087000102	SECURITY SEGURANCA LTDA	2.615.439,58
00441200000180	SERGIO MACHADO REIS - EPP	11.949,23
56077076000170	SGVO ENGENHARIA CONST E EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA - EPP	252.792,42
04441348000175	SHELTER - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO LTDA	30.506,00
15952397824	SILENE APARECIDA FERNANDES DE SOUZA	174.258,82
07166110821	SILVIA LIDIA CIPOLLI D ARBO	107.999,79
07432517000107	SIMPRESS COMERCIO, LOCACAO E SERVICOS S/A	200.144,49



49596323000189	SOEDIL SOTECO EDIFICACOES LTDA	148.411,87
98166255804	SONIA DO CARMO ARTONI	267.314,94
09058423000137	SYBEX COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA - EPP	94.520,00
14514401000174	TECHSERVICE SERVICOS DE MONITORAMENTO ELETRONICOS LTDA	97.500,00
26990812000115	TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	404.388,56
04043270000130	TECNOTTEL COMERCIO E SERVICOS TECNICOS LTDA - ME	2.492,91
02558157000162	TELEFONICA BRASIL S.A.	3.117.628,72
62082821000171	THERMON AR CONDICIONADO LTDA	114.139,72
90347840002404	THYSSENKRUPP ELEVADORES SA	62.180,43
08752749000105	TOTEM - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	16.270.789,54
08231792000117	V2 INTEGRADORA DE SOLUCOES E IMPORTACOES EIRELI - ME	46.800,00
06730536870	VALMIR JOSE ZUFFO	117.338,67
06067863847	VANIA LUCIA ZUFFO E ZUFFO	117.338,69
29742811172	VERA CRISTINA ZUFFO	117.338,67
05116014000199	W J SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - EPP	26.699,25
69515786800	WALDEMAR MIARELLI	43.922,23
86690876853	WALDENICE APARECIDA ZUFFO	117.338,69
01621028879	WALNICE HELENA ZUFFO	117.308,69
55098576849	WALTER MIARELI	43.922,23
02042718866	WELSON ALVES FERREIRA JUNIOR	167.403,33
26454053806	ZILDA APARECIDA INOCENCIO DA SILVA MIARELLI	43.922,23
<b>Total</b>		<b>110.474.967,29</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Vale destacar os objetos das contratações mais onerosas, quais sejam:

- 08752749000105 - TOTEM - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA – R\$ 16.270.789,54, Processos CP0274/2013 – C e CP0212/2016 - contratação vigilância ostensiva e de postos de vigilância armada;
- 10928126000184 - REAK SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA – R\$ 13.527.845,88, Processo CP0212/2016 - contratação de serviços de vigilância patrimonial armada;
- 69207850000161 - RCA PRODUTOS E SERVICOS LTDA. - R\$ 9.020.832,73, CP0567/2014 - locação de mão de obra para motorista / supervisor e CP0330/2015 – locação de mão de obra para auxiliar de limpeza.

### 3.5.3 DO DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O quadro a seguir apresenta a composição das disponibilidades financeiras em 31 de dezembro de 2016.



## EXECUÇÃO FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2016

Em R\$

**SALDO DE RECURSOS À DISPOSIÇÃO DO TRT EM 31/12/2016 37.562.132,57**

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	37.562.132,57
Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento	35.715.193,70
Fonte 100	15.834.183,16
Fonte 127	4.182.002,05
Fonte 150	2.049.051,03
Fonte 181	9.859.599,84
Fonte 350	778.932,54
Fonte 381	3.011.425,08
Recursos a Receber em 2017 para Pagto de Inscrição RAP/2016	1.846.938,87
Fonte 100 - LOA 2016	1.846.938,87

Em R\$

**PENDÊNCIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017 33.391.381,92**

**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 32.952.637,27**

<b>Reinscritos</b>	<b>5.648.919,06</b>
Fonte 100	2.032.594,43
Fonte 127	971.500,86
Fonte 150	1.986,95
Fonte 181	2.569.908,48
Fonte 350	72.928,34

<b>Inscritos</b>	<b>27.303.718,21</b>
Fonte 100	15.226.223,54
Fonte 127	3.201.709,50
Fonte 150	48.681,27
Fonte 181	5.815.678,82
Fonte 381	3.011.425,08

**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 438.744,65**

<b>Reinscritos</b>	<b>43.342,11</b>
Restos a Pagar Processados	<b>2.331,09</b>
Fonte 100	2.331,09
Restos a Pagar Não Processado	<b>41.011,02</b>
Fonte 100	35.308,44
Fonte 127	2,00
Fonte 181	5.700,58
<b>Inscritos</b>	<b>395.402,54</b>
Exercício - 2016	
Fonte 100	386.995,62
Fonte 127	6.458,60
Fonte 181	1.948,32

Em R\$

**SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 4.170.750,65**

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4.170.750,65
Fonte 50	2.704.387,01
Fonte 81	1.466.363,64



O superavit financeiro de R\$ 4.170.750,65 apresentado em 31/12/2016, passível de oferecimento em contrapartida nas solicitações de créditos adicionais em exercício futuro, foi assim constituído:

- Fonte 50 – Receita Própria, montante de R\$ 2.704.387,01 ao final do ano de 2016 é o resultado dos seguintes registros: saldo financeiro disponível em 31/12/2015, R\$ 1.437.858,48, o valor de R\$ 789.711,89 obtido pelo cancelamento de restos a pagar, R\$ 1.302.158,64 arrecadados no exercício, menos (R\$ 825.342,00) relativos aos empenhos emitidos em 2016.
- Fonte 81 – Recursos de Convênio, montante de R\$ 1.466.363,64 ao final do ano de 2016 é resultante de: saldo financeiro disponível em 31/12/2015, R\$ 47.301.279,58, o valor de R\$1.344.420,98 obtido pelo cancelamento de restos a pagar, R\$ 607.236,52 arrecadados no exercício, menos (R\$47.786.573,44) relativos aos empenhos emitidos em 2016.



#### 4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, mediante confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

##### 4.1 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 1.509,9 milhões/ano, e os itens mais relevantes seguem analisados:

- R\$ 49,6 milhões arrecadados a título de taxas, variação de 11% em relação ao arrecadado em 2015, sendo R\$ 49,3 milhões originários de recolhimento de custas judiciais e R\$ 299 mil de emolumentos;
- R\$ 809 mil em receita derivada da exploração de bens, serviços e direitos, quais sejam: R\$ 671 mil concernentes à taxa de ocupação de imóveis, oriundos dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Trata-se de valores diretamente arrecadados, receita própria do Órgão, classificados na Fonte – 50; e R\$ 138 mil provenientes de processamento de dados das consignações em folha de pagamento. A redução em (R\$ 1,3) milhão apurada no ano de 2016, em relação ao ano anterior, se deu pelo impacto de receitas arrecadadas em 2015 a título de taxas de inscrição para concursos realizados pelo Órgão.
- R\$ 205,9 mil, trata-se de variação patrimonial aumentativa financeira, resultante da atualização monetária e contabilização de juros, originários, sobretudo, dos seguintes ativos: Créditos a Receber de Responsáveis por Dano/Perda-TCE; e Adiantamento de Contribuições Futuras para a FUNPRESP – JUD.
- R\$ 1.438,7 milhões contabilizados a título de transferências recebidas, sendo: R\$ 1433,3 milhões derivados de sub-repasses pertinentes ao orçamento 2016; R\$ 3,5 milhões relativos a sub-repasses recibos destinados a amparar restos a pagar; e R\$ 607 mil, montante arrecadado a título de “Transferências de Convênios”. A redução de R\$ 12 milhões registradas a título de transferências recebidas em 2016, em relação a 2015, é a variação líquida, sobretudo, decorrentes das seguintes movimentações: aumento de R\$25 milhões relativos a subrepasses recebidos; redução de (R\$2) milhões em valores transferidos, recebidos para pagamento de restos a pagar; e redução de (R\$ 35) milhões em recursos fonte 81 originários de repasses realizados por Instituições Financeiras, amparados por acordos na administração de depósitos judiciais celebrados entre o Órgão e Bancos Oficiais.
- R\$ 15,7 milhões em valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos. A variação negativa de (R\$ 57) milhões apurada em 2016, em relação ao ano de 2015, resultou, principalmente, das seguintes contabilizações: diferença de (R\$ 54) milhões a menor em reavaliações de bens imóveis, e (R\$ 1,7) milhão registrado em 2015 pela CCONT/STN como incorporação de ativos relativos à inscrição de restos a pagar não processados em liquidação de empenhos de despesas de capital. Seguem destacadas as variações mais relevantes ocorridas em 2016:

(a) R\$ 2,5 milhões decorrentes, predominantemente, de reavaliação de bens imóveis, pelos valores aplicados em benfeitorias e, também, pela atualização anual realizada pela Administração do Órgão, mediante a correção do valor com base no índice IBGE IPC-A:



DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.02 - EDIFÍCIOS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Reavaliações (Atualização da Avaliação)
1	6929.00036.500-7	Presidente Prudente	223.519,49
			<b>223.519,49</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.03 - TERRENOS / GLEBAS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Reavaliações (Atualização da Avaliação)
1	6291.02779.500-3	Campinas (Bairro Taquaral)	2.205.839,93
2	7079.00015.500-7	São Carlos	48.048,34
			<b>2.253.888,27</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.

(b) R\$ 458 mil em virtude de recebimento em doação pelo Município de Araras, terreno destinado à Construção da Vara do Trabalho, contabilizado em 12321.01.03 - TERRENOS / GLEBAS, mediante registro no sistema SPIUnet sob número 6165.00020.500-5.

(c) R\$12,8 milhões, assim formado: R\$ 3,2 milhões devido à subrepasse diferido, e R\$ 9,6 milhões, sobretudo, pela desincorporação de passivos de pessoal reconhecidos, de acordo com informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região, mediante baixa de valores no decorrer do exercício, por atualização do valor ou pela não inclusão da dedução nos eventuais pagamentos efetuados.

- R\$ 4,8 milhões a título de outras variações patrimoniais aumentativas. Verifica-se aumento de R\$ 3,2 milhões apurados no saldo do exercício de 2016 em relação ao ano de 2015, ocasionado pelas seguintes contabilizações: reversão em R\$ 2,9 milhões relativa à provisão para indenizações trabalhistas, no ano de 2016, conforme Protocolo nº 12045/2016-DG com pedido de baixa parcial de passivo relativo a ressarcimento de pessoal requisitado, tendo em vista o reembolso de despesas, conforme o contido no Memorando CPAG/SPPSVE nº 087/2016; bem como do aumento no ano de 2016, em R\$ 325 mil, na arrecadação de receita a título de multas administrativas e indenizações/restituições, em valor contabilizado como outras variações patrimoniais aumentativas, formado pelas arrecadações classificadas como indenizações e restituições, multas administrativas, e outros.

Vale destacar que, não houve no exercício de 2015 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais receitas para financiar Despesas Correntes.





#### 4.2 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As variações patrimoniais diminutivas somaram R\$ 1.572,1 milhões, dentre os itens mais relevantes estão:

- R\$ 1.043,7 milhões - Pessoal e Encargos, o grupo representa 67% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O aumento do gasto em relação ao ano anterior refletiu sobretudo a elevação nos montantes liquidados a título de despesas com ressarcimento de pessoal requisitado, gasto destinado ao pagamento de órgãos detentores de servidores cedidos. O grupo compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);
- R\$ 260,7 milhões - Benefícios Previdenciários e Assistenciais, 17% do total contabilizado a título de Variações Patrimoniais Diminutivas. O aumento verificado no ano de 2016 em relação a 2015, de R\$ 24 milhões, derivou do aumento de gasto em R\$ 21 milhões com Aposentadorias e Reformas, e o acréscimo em R\$ 3 milhões pagos a título de Pensões. O grupo compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);
- R\$ 134,0 milhões - Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, 9% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O acréscimo de R\$ 5,5 milhões gastos no ano de 2016, em relação ao exercício de 2015, resultou sobretudo dos seguintes eventos: aumento de gastos com perícias técnicas para justiça gratuita, R\$ 11 milhões; redução dos gastos com diárias, (R\$ 4,1) milhões; redução com serviços de seleção e treinamento, (R\$ 1,4) milhão; consumo menor em R\$ 0,5 milhão de bens de estoque; dentre outras variações. O grupo representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);
- R\$ 38,6 milhões - Desvalorização e Perda de Ativos, representa 2% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. A retração de R\$ 32,5 milhões no valor contabilizado se deu pelo valor a menor em R\$ 14,1 milhões no registro de passivos e R\$ 18,4 milhões em baixa de ativos, como obras em andamento e instalações finalizadas, ocorridas no exercício de 2016 em relação a 2015. O grupo compreende a variação patrimonial diminutiva com



desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);

- R\$ 66,0 milhões - Transferências e Delegações Concedidas, 4% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O aumento de R\$ 9,7 milhões, na comparação dos anos 2016/2015, decorreu sobretudo das seguintes variações: R\$ 4,8 milhões em transferência de provisão para pagamento de sentenças judiciais de pequeno valor; R\$ 5,4 milhões a mais em guia de recolhimento da União; R\$ 1,8 milhão em aumento no valor registrado a título de doações; e redução de (R\$ 2,4) milhões no valor transferido para pagamento de restos a pagar. O grupo contabiliza o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);

Vale destacar as variações ocorridas na comparação 2016/2015 dos saldos contabilizados como Variações Patrimoniais Diminutivas – Tributárias, R\$ 2,4 milhões a maior no exercício de 2016, aumento atribuído ao recolhimento de obrigações patronais sobre serviços de pessoa física, impacto do acréscimo significativo de pagamentos a peritos vinculados à justiça gratuita, realizados naquele ano.

Destaca-se, ainda, a diferença apurada em R\$ 5,8 milhões na contabilização de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, comparados os exercícios 2016/2015, resultado do reconhecimento dos gastos, competência 2016, relativos ao Protocolo nº 12045/2016-DG - Registro de passivo relativo a ressarcimento de pessoal requisitado, reconhecido mediante provisão, a partir de valores estimados não contabilizados pela ausência de comprovação documental por parte dos órgãos detentores dos servidores, conforme o contido na Informação CPAG/SPPSVE nº 1105/2016 e Reconhecimento da dívida em 14/12/2016.

#### 4.3 RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

A diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, R\$ 1.509,9 milhões ano e as Variações Patrimoniais Diminutivas, R\$ 1.553,1 milhões, demonstra o Resultado Patrimonial do Exercício de 2016, qual seja, um deficit de (R\$ 43,2) milhões.



## 5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

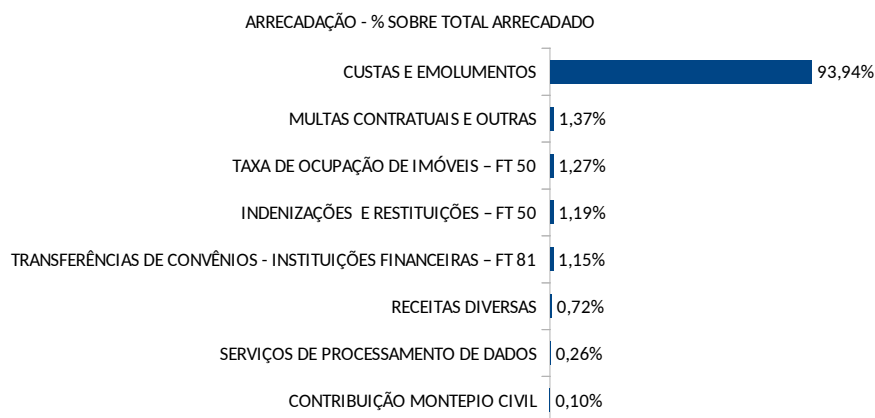
A Demonstração dos Fluxos de Caixa identificam: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período analisado, bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

### 5.1 DOS INGRESSOS

O total de ingressos somou R\$ 1.491,1 milhões, deste montante 96% teve como fonte geradora de caixa as transferências recebidas para suportarem os créditos autorizados no exercício de 2016, R\$ 1.433,4 milhões, e para o pagamento de restos a pagar, R\$ 3,5 milhões.

A outra fonte geradora de caixa importante foi a arrecadação líquida contabilizada para o Órgão no ano 2016, que somou R\$ 52,9 milhões, a seguir apresentada por código de recolhimento.

FONTE GERADORA DE CAIXA - POR TIPO RECOLHIMENTO



A variação negativa de (R\$ 31,2) milhões verificada no total arrecadado pela Unidade Gestora, na comparação dos exercícios 2016/2015, decorreu sobretudo dos seguintes fatores ocorridos em 2016: (R\$ 35,1) milhões a menos com receita de fonte 81 – Recursos de Convênios; (R\$ 1,3) milhão a menos na receita de taxas de inscrição de concursos; R\$ 4,8 milhões a mais arrecadados a título de custas e emolumentos.

### 5.2 DOS DESEMBOLSOS

Os itens de consumo de caixa, durante o exercício financeiro de 2016, compreendem as transferências concedidas e os valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O montante de R\$ 58,1 milhões classificado como Outros Desembolsos das Operações se refere, predominantemente, às transferências financeiras concedidas em virtude de cancelamento de restos a pagar (R\$ 5,9 milhões) e dos recolhimentos à União de valores arrecadados, como custas, emolumentos e outros (R\$ 52,2 milhões).

Quanto aos valores pagos, seguem discriminados em gastos das Atividades das Operações e das Atividades de Investimento:



(a) Fluxos de Caixa das Atividades das Operações

Contemplam os desembolsos com Pessoal e Outros Custeios, de acordo com a classificação funcional da despesa, as ações governamentais do exercício e de restos a pagar, em ordem de relevância, realizadas no ano de 2016 nas seguintes áreas:

- Judiciário

Pessoal e Outras Despesas Correntes		Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO	
PESSOAL ATIVO DA UNIAO	798.156.493,83	
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	103.737.538,56	
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	42.655.155,94	
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	36.054.469,99	
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	21.316.935,74	
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO - NO ESTADO DE SAO PAULO	21.205.724,57	
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	6.243.661,36	
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	3.973.716,89	
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.563.697,90	
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	969.547,78	
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - PJE	743.199,82	
AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	389.274,62	
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	350.954,66	
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	191.178,53	
MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO	75.044,18	
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUBLICOS - DESPESAS DIVERSAS	63.040,00	
COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	41.760,00	
COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTIMULO A APRENDIZAGEM	27.000,00	
TRABALHO SEGURO	18.227,00	
	1.037.776.621,37	

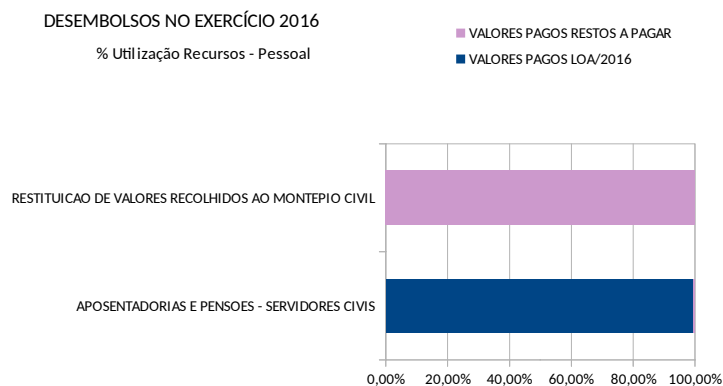
O gráfico a seguir demonstra a porcentagem do fluxo de caixa, por ação orçamentária, de gastos com recursos do exercício e de restos a pagar.



- Previdência Social

Pessoal	Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO
APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	264.287.426,31
RESTITUICAO DE VALORES RECOLHIDOS AO MONTEPIO CIVIL	226.236,78
	<b>264.513.663,09</b>

Segue gráfico com a porcentagem do fluxo de caixa, por ação orçamentária, de gastos com recursos do exercício e de restos a pagar.





- Encargos Especiais

Pessoal	Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO
PRECATORIOS	16.789.913,85
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	4.805.293,71
	21.595.207,56

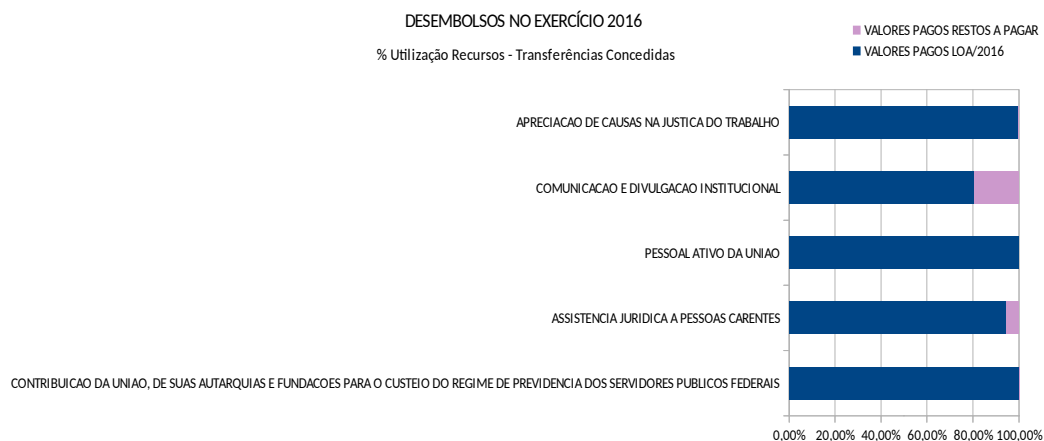
O total pago no exercício foi amparado com recursos oriundos da LOA/2016.

- Transferências Concedidas

Gastos com aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com recursos do exercício e de restos a pagar – modalidade de aplicação – 91.

Pessoal e Outras Despesas Correntes	Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	139.745.080,13
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	4.261.711,07
PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1.300.109,48
COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	107.616,04
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	48.937,03
	145.463.453,75

Segue gráfico com a porcentagem do fluxo de caixa, por ação orçamentária, com recursos do exercício e de restos a pagar.





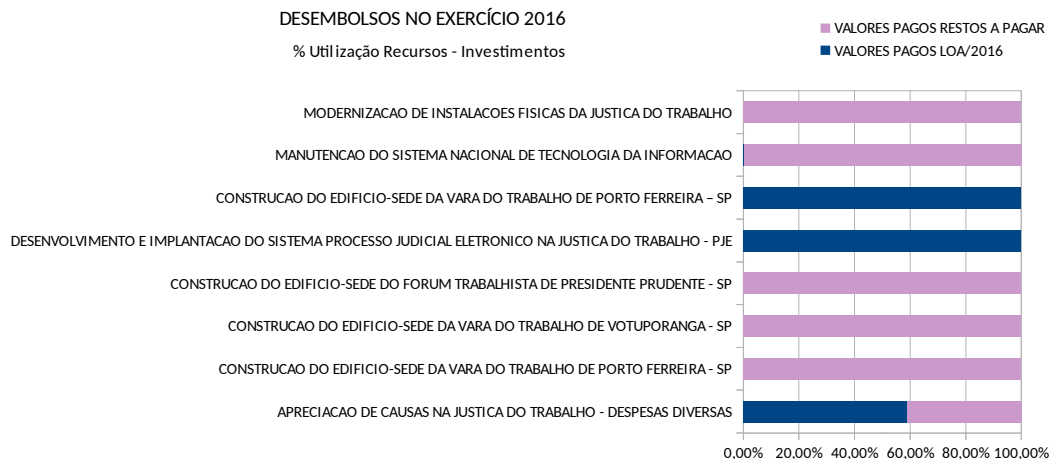
## (b) Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

O total do desembolso em investimentos somou R\$ 22,5 milhões, aplicados na aquisição de ativos não circulantes, R\$ 17,7 milhões, e R\$ 4,8 mil em intangíveis e melhoria de equipamento de processamento de dados.

Segue quadro com as ações orçamentárias que suportaram os investimentos, em ordem de relevância.

Investimentos	Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	12.938.546,63
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP	1.624.650,20
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP	143.838,04
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP	223.519,49
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - PJE	2.563.002,45
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP	380.523,97
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	3.124.272,00
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	1.504.256,10
	22.502.608,88

Segue gráfico com a porcentagem do fluxo de caixa, por ação orçamentária, de gastos com recursos do exercício e de restos a pagar.



### 5.3 DA GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo negativo de (R\$ 58,9) milhões derivou da diferença entre o saldo inicial e o final do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, o total de R\$ 35,8 milhões suportará as pendências a pagar no exercício seguinte.



## 6 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZAÇÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

### (a) Estoques

Os estoques foram mensurados com base no valor de aquisição ou valor de produção. O método de custeio das saídas dos estoques adotado é o custo médio ponderado.

#### Ativo imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ao valor de aquisição ou ao valor de produção e construção.

A Unidade de Gestão Patrimonial, atualmente, para a avaliação dos bens recebidos em doação considera o valor da nota fiscal para bens novos. Se os bens forem usados é considerado o valor atual aplicando em seguida a devida redução pela regra de depreciação para construir a devida base monetária (Memorando nº 003/2014 – SA/CML).

Os bens móveis distribuídos a partir de 2010 foram avaliados com base no valor de aquisição, deduzido da respectiva depreciação. Em Dezembro de 2012 foi registrado o ajuste de R\$32.766.748,01 a título de redução a valor recuperável, sobre os bens ativos distribuídos até o exercício financeiro de 2009. Os critérios utilizados foram: com base no princípio da prudência, diante da impossibilidade de se realizar o teste de recuperabilidade de todos os bens que se encontravam nesta condição, pela grande quantidade de itens, bem como pela limitação do sistema informatizado de controle patrimonial, e, ainda, considerando a economicidade no serviço público, foi considerado como valor da redução o total da depreciação acumulada que teria sido lançada em Novembro de 2012, para os referidos itens, com o propósito de se obter uma base monetária confiável para a aplicação da depreciação no mês de Dezembro de 2012, e, sobretudo, a consecução da adequação do valor do ativo do Órgão nas demonstrações contábeis do patrimônio. Após tal procedimento restaram bens com valores irrisórios, procedimento observado mediante ressalvas mensais na Conformidade Contábil do Órgão. Em 2014 a Unidade de Gestão Patrimonial do Órgão esclarece que a princípio, o critério a ser utilizado nestas reavaliações será o seguinte: utilizar o valor de mercado para os bens ou similares aplicando a regra de depreciação para compor o novo valor. Regularização efetivada em 30/11/2015, conforme demonstrativo da Coordenadoria de Material e Logística no Processo de Reavaliação de Bens 01/2015, onde foram reavaliados os bens recebidos em doação e provenientes da 2ª Região quando da instalação do TRT, que tiveram inseridos no sistema, como valor de aquisição à época de suas incorporações, o valor simbólico de R\$ 0,01.

### (b) Bens Imóveis

Para Bens Imóveis, o critério para reavaliação adotado pela Administração foi a correção do valor com base no índice IBGE IPC-A.

### (c) Depreciação, Amortização e Exaustão

O método de depreciação e amortização é o das quotas constantes, e as taxas de depreciação e vida útil econômica foram aplicadas, em conformidade com o disposto na macrofunção 02.03.30 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

O total registrado a título de depreciação e amortização, no exercício financeiro de 2016, somou R\$ 12.288.856,17, assim contabilizado: R\$ 10.243.489,57 originários de bens móveis, R\$ 894.204,13 decorrentes de bens imóveis e R\$ 1.151.162,47 relativos à amortização softwares.

Os critérios adotados para a depreciação de bens móveis são:

Os critérios adotados para a depreciação são:





- O cálculo da depreciação é realizado pelo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região;
- Procedimento de depreciação sobre os bens distribuídos a partir de janeiro de 2010, por apresentarem uma base monetária inicial confiável;
- Bens ativos distribuídos até dezembro de 2009, sofreram redução ao valor recuperável, em novembro de 2012.
- A partir de dezembro de 2012, todos os bens ativos do TRT da 15ª passaram a fazer parte da base de cálculo depreciável;
- A depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual;
- O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes;
- A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND., conforme segue:

Conta: 12311.01.01 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 20%

12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTO, LAB E HOSP

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 20%

12311.01.04 - APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSÕES

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 10%

12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.10 - EQUIPAMENTOS DE MONTARIA



Vida Útil (anos): 5

Valor Residual: 10%

12311.01.11 EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.12 -EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS P/AUTOMÓVEIS

Vida Útil (anos): 5

Valor Residual: 10%

12311.01.13 -EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

12311.01.14 -EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS

Vida Útil (anos): 30

Valor Residual: 10%

12311.01.15 -EQUIPAM. PECAS E ACESSÓRIOS PROTEÇÃO AO VOO

Vida Útil (anos): 30

Valor Residual: 10%

12311.01.16 - EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

12311.01.17 - EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS  
ESQUADRA

Vida Útil (anos): -

Valor Residual: -

12311.01.18 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 10%

12311.01.19 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.20 - MAQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIO/RODOVIÁRIO

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.23 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUÇÃO CIVIL

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 10%

12311.01.24 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-ELETRÔNICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%



12311.01.25 - MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.99 - OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Vida Útil (anos): 5

Valor Residual: 10%

12311.03.01 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.03.03 - MOBILIÁRIO EM GERAL

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.03.04 - UTENSÍLIOS EM GERAL

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.04.02 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 0%

12311.04.03 - DISCOTECAS E FILMOTECAS

Vida Útil (anos): 5

Valor Residual: 10%

12311.04.04 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 10%

12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VIDEO E FOTO

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.04.06 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSIÇÃO

Vida Útil (anos): -

Valor Residual: -

12311.04.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDÁTICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.04.99 - OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%



12311.05.01 - VEÍCULOS EM GERAL

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

12311.05.02 - VEÍCULOS FERROVIÁRIOS

Vida Útil (anos): 30

Valor Residual: 10%

12311.05.03 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

12311.05.04 - CARROS DE COMBATE

Vida Útil (anos): 30

Valor Residual: 10%

12311.05.05 - AERONAVES

Vida Útil (anos): -

Valor Residual: -

12311.05.06 - EMBARCAÇÕES

Vida Útil (anos): -

Valor Residual: -

12311.09.00 - ARMAMENTOS

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 15%

12311.10.00 - SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.99.04 - ARMAZÉNS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.99.09 - PECAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMOVEIS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

OBS: \*A critério dos órgãos que possuem tais bens. 12311.04.06 como obras não sofrem depreciação.

A depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurado mensal automaticamente por aquele Sistema.

A amortização de intangíveis é realizada mediante os seguintes critérios: o prazo adotado para a amortização das despesas de software, fixado em 5 (cinco) anos, é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com data de recebimento/atesto informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/atesto); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho,



mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares).